



Agrupamento de Escolas de Escariz

REGULAMENTO INTERNO

Escariz, revisto a 22 de janeiro de 2015



Índice

CAPÍTULO I	1
<i>Disposições Gerais</i>	<i>1</i>
CAPÍTULO II	2
<i>Instalações e Serviços Escolares Disponíveis.....</i>	<i>2</i>
SECÇÃO I.....	2
Instalações	2
SECÇÃO II.....	2
Estabelecimentos de Educação e Ensino e Circulação Interna	2
SECÇÃO III.....	5
Serviços Escolares Disponíveis.....	5
CAPÍTULO III	7
<i>Administração e Gestão Escolar.....</i>	<i>7</i>
SECÇÃO I.....	7
Conselho Geral	7
SECÇÃO II.....	9
Diretor.....	9
SECÇÃO III.....	9
Conselho Pedagógico	9
SECÇÃO IV	10
Conselho Administrativo	10
CAPÍTULO IV.....	10
<i>Coordenação de escola ou de estabelecimento de Educação Pré-Escolar</i>	<i>10</i>
CAPÍTULO V.....	11
<i>Estruturas de Orientação Educativa, Serviços Especializados de Ação Educativa e Serviços Técnico-Pedagógicos</i>	<i>11</i>
SECÇÃO I.....	11
Estruturas de Coordenação e Supervisão	11
SECÇÃO II.....	17
Serviços Especializados	17
SUB-SECÇÃO I	17
Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional.....	17

SUB-SECÇÃO II	18
Equipa de Educação Especial	18
SUB-SECÇÃO III	19
Técnicos Especializados	19
SECÇÃO III.....	19
Bibliotecas Escolares do Agrupamento	19
SECÇÃO IV	21
Apoios Pedagógicos	21
CAPÍTULO VI.....	22
<i>Atividades de Animação e Apoio à Família / Atividades de Enriquecimento Curricular/Educativo na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico /</i>	
<i>Atividades conjuntas e Visitas de Estudo.....</i>	<i>22</i>
SECÇÃO I.....	22
Atividade de Animação e Apoio à Família	22
SECÇÃO II.....	22
Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo	22
SECÇÃO III.....	23
Atividades de Enriquecimento Curricular nos 2.º e 3.º ciclos / secundário / Projetos e Clubes	23
SECÇÃO IV	24
Atividades Conjuntas	24
SECÇÃO V	25
Visitas de Estudo.....	25
CAPÍTULO VII.....	25
<i>Turmas e Avaliação de Alunos</i>	<i>25</i>
SECÇÃO I.....	25
Constituição de Turmas/Critérios	25
SECÇÃO II.....	25
Avaliação.....	25
CAPÍTULO VIII.....	30
<i>Direitos e Deveres</i>	<i>30</i>
SECÇÃO I.....	30
Alunos	30
SUB-SECÇÃO I	34

Disciplina.....	34
SECÇÃO II.....	36
Pessoal Docente	36
SECÇÃO III.....	36
Pessoal não Docente	36
SECÇÃO IV	36
Associação de Pais e Encarregados de Educação	36
CAPÍTULO IX.....	37
Disposições Finais.....	37
ANEXO I - Caderno Legislativo	38
I- Avaliação, autonomia e gestão das escolas	38
II- Bibliotecas Escolares	39
III- Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e de Enriquecimento Curricular (AEC)	39
IV- Pessoal Docente	39
V- Pessoal Não Docente	40
VI- Alunos.....	41

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito de Aplicação

1- O presente regulamento interno, criado por força do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, define o regime de funcionamento do Agrupamento de Escolas de Escariz, cuja sede é a Escola Básica e Secundária de Escariz, de cada um dos seus órgãos de gestão e administração, das suas estruturas de orientação educativa, dos seus serviços especializados de apoio educativo, bem como um conjunto de normas a aplicar a toda a comunidade escolar, instituições associadas e utentes externos dos espaços escolares, com vista ao bom funcionamento do Agrupamento e consecução dos objetivos estabelecidos no seu projeto educativo.

Artigo 2.º

Constituição

1- O Agrupamento de Escolas de Escariz engloba os seguintes estabelecimentos de serviço público de educação e ensino que visam prosseguir os objetivos da Educação Pré-Escolar e escolar (ensino básico e secundário):

- a) Jardim de Infância de Belece;
- b) Escola Básica de Chave;
- c) Escola Básica de Serra da Vila;
- d) Escola Básica de Fermedo;
- e) Escola Básica e Secundária de Escariz.

Artigo 3.º

Princípios Gerais

1- A autonomia, a administração e a gestão do Agrupamento de Escolas de Escariz orientam-se pelos princípios da igualdade, da participação e da transparência.

2- A autonomia, a administração e a gestão do Agrupamento de Escolas de Escariz subordinam-se particularmente aos princípios e objetivos consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente:

- a) Integrar as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e

das atividades económicas, sociais, culturais e científicas;

- b) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos;

c) Assegurar a participação de todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias e de entidades representativas das atividades e instituições económicas, sociais, culturais e científicas, tendo em conta as características específicas dos vários níveis e tipologias de educação e de ensino;

d) Assegurar o pleno respeito pelas regras da democraticidade e representatividade dos órgãos de administração e gestão da escola, garantida pela eleição democrática de representantes da comunidade educativa.

3- A autonomia, a administração e a gestão do Agrupamento de Escolas de Escariz funcionam sob o princípio da responsabilidade e da prestação de contas do Estado assim como de todos os demais agentes ou intervenientes.

Artigo 4.º

Revisão do Regulamento Interno

O Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas de Escariz, aprovado nos termos da alínea d) do n.º 1 do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado de acordo com o Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, pode ser revisto ordinariamente quatro anos após a sua aprovação e extraordinariamente, a todo tempo, por deliberação do Conselho Geral, aprovada por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções.

Artigo 5.º

Divulgação do Regulamento Interno

1- O Regulamento Interno estará disponível para consulta na página eletrónica do Agrupamento.

2- O presente Regulamento Interno é dado a conhecer ao aluno que integra o Agrupamento, através do professor titular de turma, no 1.º ciclo, e através do diretor de turma nos restantes ciclos e sempre que o regulamento seja objeto de atualização.

3- A partir do 1º ciclo, os pais e encarregados de educação devem, no ato da matrícula, nos termos da alínea o) do Artigo 10.º da Lei n.º 51/2012, de 5 setembro, conhecer e subscrever o Regulamento Interno do Agrupamento, assim como os seus educandos, em declaração de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral.

CAPÍTULO II

Instalações e Serviços Escolares Disponíveis

SECÇÃO I

Instalações

Artigo 6.º

Responsáveis

As instalações escolares deverão ter um corpo de pessoal próprio e responsável que as abrirá e encerrará, de acordo com o horário estabelecido.

Artigo 7.º

Atividades Prioritárias

Os estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas de Escariz destinam-se, prioritariamente, à prática letiva e a outras práticas de carácter pedagógico.

Artigo 8.º

Atividades Interditas

As instalações das escolas do Agrupamento ficarão vedadas a:

- a) Manifestações de carácter político, partidário ou religioso;
- b) Prática de quaisquer jogos de azar, independentemente das suas características ou finalidades;
- c) Comercialização de quaisquer tipos de artigos sem prévia autorização do Diretor;
- d) Utilização de quaisquer utensílios ou materiais que danifiquem as instalações ou incomodem a comunidade escolar;

- e) Uso de quaisquer tipos de armas defensivas e/ou ofensivas;
- f) Gravações magnéticas ou outras que pretendam registar a vida escolar, a não ser quando devidamente autorizadas pelo Diretor;
- g) Consumo ou venda de substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas;
- h) Afixação de qualquer tipo de cartaz ou anúncio de carácter não didático, sem estar relacionado com a escola, salvo quando autorizado, datado e autenticado pelo Diretor.

Artigo 9.º

Normas de Segurança

1- De forma a responder com eficácia às exigências de segurança do espaço escolar, são de observação obrigatória as medidas que constam nos planos de segurança de cada uma das escolas do Agrupamento.

2- No caso dos estabelecimentos de ensino do 1.º CEB e Pré-Escolar, a concretização das normas de segurança mencionadas no ponto um é da responsabilidade da autarquia, com a colaboração dos docentes.

SECÇÃO II

Estabelecimentos de Educação e Ensino e Circulação Interna

Artigo 10.º

Acesso aos Estabelecimentos de Educação e Ensino

1- Têm acesso aos estabelecimentos de educação e ensino os respetivos alunos e o pessoal docente e não docente que neles exerçam a sua atividade profissional. Os alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, dos diversos estabelecimentos de educação e ensino, são obrigados a ter consigo, de forma permanente, a respetiva caderneta escolar e o cartão magnético. No caso dos alunos da Escola Básica e Secundária de Escariz os mesmos são fornecidos no início do ano letivo, devidamente atualizados. Em caso de extravio, o aluno deverá adquirir um cartão de substituição

2- Têm, igualmente, acesso reservado aos estabelecimentos de educação e ensino os pais e

encarregados de educação dos alunos ou qualquer outra pessoa que neles tenha assuntos de interesse a tratar, devendo, nestes casos, ser solicitado e registado, pelo pessoal de serviço na portaria (nos estabelecimentos em que existe), a identificação da(s) pessoa(s) em questão, bem como do(s) assunto(s) a tratar. Nas Escolas Básicas e Jardins de Infância, a entrada de elementos exteriores deverá ser autorizada pelo coordenador de estabelecimento. Nos estabelecimentos de ensino e Educação Pré-Escolar, os encarregados de educação poderão entrar desde que com autorização do educador titular de grupo.

3- É vedada a entrada, em todas as escolas do Agrupamento, a veículos motorizados, a não ser quando em serviço de abastecimento ou em situações de transporte de alunos com mobilidade reduzida.

Artigo 11.º

Regras de Funcionamento das Escolas

1- Não é autorizada a entrada de elementos estranhos em todas as escolas do 1.º ciclo e Jardins de Infância do Agrupamento.

2- É permitida a entrada e permanência dos encarregados de educação, dentro das instalações das escolas do 1.º ciclo do ensino básico e Jardins de Infância do Agrupamento de Escolas de Escariz, no horário próprio de atendimento. O referido horário deverá ser comunicado a todos os encarregados de educação no início do ano letivo.

3- Na primeira semana de aulas do ano letivo é permitida a entrada aos encarregados de educação dos alunos que nunca frequentaram o Jardim de Infância. De igual modo também é autorizada a entrada aos encarregados de educação dos alunos que entram para o primeiro ano de escolaridade e que nunca tenham frequentado o Jardim de Infância.

4- Em situações urgentes em que o encarregado de educação do aluno necessite comunicar diretamente com o professor titular de turma ou o(a) educador(a) de infância titular poderá fazê-lo dirigindo-se à assistente operacional que informará os docentes da presença do encarregado de educação.

5- Caso haja necessidade de contato direto com o professor titular de turma ou com o(a) educador(a) de infância, a assistente operacional deverá encaminhar o encarregado de educação para o local próprio de atendimento. Este contacto excecional deverá ser breve e realizado no início do período da manhã ou durante um dos intervalos.

6- O portão de entrada das escolas do 1.º ciclo e Jardins de Infância deverá permanecer fechado vinte minutos após o início das atividades letivas. A reabertura acontecerá no final do período da manhã, por quinze minutos, voltando a ser encerrado.

7- No período da tarde o portão voltará a ser aberto, cinco minutos antes do início das atividades letivas, voltando a ser encerrado vinte minutos depois. O portão só voltará a abrir-se no final das aulas.

8- Os alunos não poderão entrar nem permanecer dentro do recinto escolar fora do horário estabelecido e aprovado pela direção do Agrupamento. Qualquer exceção necessita de autorização escrita do Diretor do Agrupamento de Escolas de Escariz. Para o disposto admite-se uma tolerância de dez minutos na saída.

9- Qualquer exceção ao ponto anterior necessita de uma autorização escrita do Diretor do Agrupamento de Escolas de Escariz.

10- As crianças que frequentem os Jardins de Infância do Agrupamento deverão cumprir o horário estabelecido de entrada e saída. A esta regra excetuam-se as situações devidamente justificadas.

Artigo 12.º

Entradas e Saídas

1- As entradas e saídas em cada um dos estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento fazem-se pelo portão da entrada principal, o qual é aberto de acordo com o horário de funcionamento de cada estabelecimento de ensino.

2- Não é permitida aos alunos a saída da escola durante o período de aulas, salvo quando devidamente autorizados (autorização escrita) pelos encarregados de educação.

Artigo 13.º**Normas Específicas do II e 1.º ciclo da Escola Básica de Escariz**

1- Os encarregados de educação dos alunos do 1.º ciclo serão autorizados a acompanhar os seus educandos junto da entrada do estabelecimento de ensino, sempre que as condições meteorológicas o justifiquem.

2- A autorização para que os encarregados de educação acompanhem o seu educando até próximo do edifício do Polo Escolar não é permanente, mas excecional, sendo renovada, de modo diário.

3- Os critérios que autorizam, ou não, a entrada no recinto da sede do Agrupamento são da exclusiva responsabilidade do Diretor do Agrupamento de Escolas de Escariz. Essa decisão será comunicada, sempre que as condições meteorológicas o justifiquem, ao responsável da portaria.

4- Cada criança só poderá ser acompanhada por uma pessoa: o encarregado de educação ou uma outra pessoa a quem, reconhecidamente, tenha sido atribuída tal responsabilidade.

5- Os encarregados de educação deverão aguardar pelo seu educando junto da entrada para a Biblioteca Escolar. Nesse local estará um assistente operacional responsável pela entrega segura das crianças identificando o adulto que recolhe o aluno. Sempre que não haja um reconhecimento imediato a entrega não será realizada.

6- Não é permitida a entrada dos encarregados de educação dos alunos do 1.º ciclo, dentro do edifício do Polo Escolar de Escariz, para recolha dos seus educandos.

7- A saída dos alunos será feita de modo organizado e ordeiro, respeitando o plano previamente estabelecido. Para estruturar o processo será empregue o tempo que for necessário para a partida segura dos alunos. Os alunos abandonarão o edifício organizados em fila e por turma.

8- A ordem de saída dos alunos irá processar-se respeitando o ordenamento das próprias salas: 1.º -alunos da sala 1; 2.º -alunos da sala 2; 3.º - alunos da sala 3; 4.º -alunos da sala 4; 5.º alunos

da sala 5. Esta sequência poderá ser quebrada por razões imprevisíveis de última hora.

9- Não é permitido aos alunos abandonarem individualmente o edifício do Polo Escolar antes da restante turma. A esta determinação excetuam-se os alunos que, comprovadamente, necessitem de deixar o edifício no mais curto espaço de tempo possível.

Artigo 14.º**Horários**

1- O horário de funcionamento das várias escolas é publicado anualmente na página eletrónica do Agrupamento.

2- As escolas do 1.º ciclo funcionam todas em regime diurno das 9:00h às 17:30h.

3- As Atividades de Enriquecimento Curricular são desenvolvidas, em regra, após o período curricular da tarde.

4- A Escola Básica e Secundária de Escariz funciona em regime diurno, das 8:25h às 18:30h, de segunda a sexta-feira, estando os tempos letivos distribuídos do seguinte modo:

TEMPOS		INÍCIO	TERMO
TURNOS	MANHÃ	1.º	08:25h
		2.º	09:10h
		3.º	10:10h
		4.º	10:55h
		5.º	11:50h
		6.º	12:35h
	TARDE	7.º	13:35h
		8.º	14:20h
		9.º	15:20h
		10.º	16:05h
		11.º	17:00h
		12.º	17:45h

Artigo 15.º**Aulas/Atividades Letivas**

1- A duração de um tempo letivo é de quarenta e cinco minutos no 2.º, 3.º ciclos e secundário e de sessenta minutos nas escolas do 1.º CEB e II, devendo essa duração ser respeitada, sem qualquer interrupção.

2- As aulas iniciam-se à hora marcada, após a qual alunos e professores devem dirigir-se para as respetivas salas de aula ou outros locais onde possam decorrer determinados trabalhos escolares ou quaisquer atividades curriculares.

3- Em cada aula, o professor deve sumariar no livro de ponto eletrónico e registar nele as faltas dos alunos.

a) Para efeitos de registo da assiduidade de professores e alunos, a numeração das aulas é referenciada a períodos de cinquenta minutos, no caso do 2.º e 3.º ciclos e secundário, podendo cada unidade de cem minutos ser objeto de um único sumário e de sessenta minutos nas restantes escolas.

4- Cada professor não deve dar por terminada uma aula antes do horário de saída, nem conceder dispensa aos alunos ou permitir que estes se ausentem mais cedo, a não ser por motivo devidamente justificado.

Artigo 16.º

Aulas e Atividades no Exterior

1- As aulas e atividades pontuais, sob acompanhamento do professor, a efetuar fora do recinto escolar, carecem de autorização escrita dos encarregados de educação dos alunos implicados.

2- As deslocações feitas pelos alunos fora do recinto escolar, sem acompanhamento de professor, na realização de tarefas por este solicitadas, não estão cobertas pelo seguro escolar.

a) A não realização destas tarefas pelos alunos, nunca pode prejudicar a avaliação formativa e sumativa.

SECÇÃO III

Serviços Escolares Disponíveis

Artigo 17.º

Portaria

1- A portaria é o primeiro local de receção e de controlo de entrada na Escola Básica e Secundária de Escariz. As pessoas estranhas ao serviço devem ser devidamente identificadas e registadas,

podendo entrar e circular nas instalações da escola, com acesso reservado.

2- Os alunos têm de utilizar o cartão magnético para registar a sua entrada e saída da escola-sede.

Artigo 18.º

Bufete

1- Os bufetes constituem um recurso fundamental para a saúde e bem-estar da população escolar. A existência na escola do projeto “Bufete Saudável” implica uma mudança nos hábitos do consumo e da oferta.

2- O preço dos produtos deve estar afixado em local visível.

3- A aquisição dos produtos faz-se mediante a apresentação do cartão de estudante com crédito disponível, não sendo permitido o manuseamento simultâneo, pelo funcionário, de dinheiro e de produtos comestíveis.

4- Os utentes devem formar fila para serem atendidos.

5- Apenas a presença marca lugar nesta ou noutra qualquer fila.

6- O horário do bufete, tal como o nome do(s) assistente(s) operacional(ais) pelo serviço, deve estar afixado em local visível, junto às suas instalações.

7- Poderão ter acesso ao bufete da Escola Básica e Secundária de Escariz todos os elementos da comunidade escolar do Agrupamento, não havendo lugar a situações de exceção relativamente a regras e/ou preços a aplicar.

Artigo 19.º

Cantina/Refeitório

1- No último dia de cada semana deve ser exposta, nas instalações da cantina/refeitório e no placard para tal destinado, a ementa para a semana seguinte.

2- O acesso às refeições faz-se mediante a utilização do cartão de estudante para marcar a refeição através do Quiosque, na escola sede do Agrupamento.

3- A aquisição da senha para o almoço é feita no dia útil imediatamente anterior, ou no próprio dia da refeição até às 10:00h, mas neste caso com um agravamento do preço a ser pago (multa). O preço

da refeição e o montante da multa são os determinados pela lei.

4- O horário de funcionamento da cantina deve estar exposto, em local visível, junto às suas instalações.

5- Das escolas do Agrupamento, possuem cantina/refeitório a Escola Básica e Secundária de Escariz, Escola Básica de Chave, Escola Básica de Fermedo, Escola Básica de Serra da Vila e o Jardim de Infância de Belece.

6- Poderão ter acesso ao refeitório da Escola Básica e Secundária de Escariz todos os elementos da comunidade escolar do Agrupamento, desde que previamente autorizados para o efeito pelo Diretor.

7- Nos refeitórios escolares do 1º ciclo e Jardins de Infância, na hora das refeições, não é permitida a entrada e permanência de nenhuma pessoa para além do pessoal auxiliar responsável pelo serviço de refeições, dos alunos, professores ou educadoras.

8- Nenhum Encarregado de Educação, ou outra pessoa estranha ao serviço, poderá entrar ou permanecer em qualquer refeitório ou cantina do Agrupamento de Escolas de Escariz sem o conhecimento e autorização do Diretor.

9- Nas cantinas e refeitórios escolares é proibida a distribuição de alimentos que não constem da ementa semanal.

10- Os utentes da cantina e refeitórios escolares devem apresentar um comportamento adequado durante as refeições.

Artigo 20.º **Reprografia**

1- O horário de funcionamento da reprografia (com existência única na escola-sede do Agrupamento), tal como o nome do(s) assistente(s) operacional(ais) pelo serviço, devem estar afixados em local visível, junto às suas instalações.

2- O preço de reprodução de originais deve estar afixado em local visível para toda a comunidade escolar.

3- Não é permitida, de acordo com a lei, a reprodução de obras integrais.

4- Poderão servir-se do serviço de reprografia da Escola Básica e Secundária de Escariz todos os

alunos, professores e assistentes deste estabelecimento de educação e ensino, bem como os professores das demais escolas do Agrupamento, de acordo com as normas estabelecidas pelo Diretor, não havendo lugar a situações de exceção relativamente a regras e/ou preços a aplicar.

Artigo 21.º **Papelaria**

1- O horário de funcionamento da papelaria (com existência única na escola-sede do Agrupamento), tal como o nome do(s) assistente(s) operacional(ais) responsável(eis) pelo serviço, devem estar afixados em local visível, junto às suas instalações.

2- A papelaria deve ter para venda produtos adaptados às necessidades dos alunos e, o mais possível, a preços abaixo dos praticados no mercado.

3- De todos os carregamentos efetuados no cartão serão emitidos os respetivos talões.

Artigo 22.º **Telefone**

1- O uso dos telefones existentes nos JI e escolas do 1.º CEB está à responsabilidade dos professores e dos assistentes operacionais.

2- Na Escola Básica e Secundária de Escariz este serviço é da responsabilidade do(a) assistente operacional para aí destacado(a).

Artigo 23.º **Bibliotecas Escolares**

1- O horário deverá estar afixado na porta de cada biblioteca.

2- Cada Biblioteca Escolar, pertencendo à rede de Bibliotecas Escolares do Agrupamento, tem normas regulamentares de funcionamento próprio que devem ser aprovadas em Conselho Geral e posteriormente dadas a conhecer a toda a comunidade educativa no início do ano letivo e afixadas em local visível.

3- Das escolas do Agrupamento possuem biblioteca a Escola Básica de Escariz, a Escola Básica de Fermedo e a Escola Básica de Chave.

Esses espaços e respetivo fundo documental podem ser utilizados por toda a comunidade educativa do Agrupamento.

Artigo 24.º
Sala de Informática

- 1- Os utilizadores da sala de informática terão de cumprir as normas de funcionamento previstas para este espaço.
- 2- Só mediante a presença de um professor os alunos poderão aceder a este espaço.
- 3- Os materiais/equipamentos da sala de informática só podem ser utilizados para fins educativos.

Artigo 25.º
Audiovisuais

- 1- Os materiais audiovisuais nos Jardins de Infância e nas escolas do 1.º ciclo estão a cargo das educadoras, professores titulares de turma e/ou dos coordenadores de escola; na Escola Básica e Secundária de Escariz estão, em regra, sob o cuidado do assistente responsável.
- 2- A requisição dos audiovisuais na Escola Básica e Secundária de Escariz deve ser efetuada através de impresso próprio e preferencialmente com 24 horas de antecedência; os impressos de requisição encontram-se ao dispor dos interessados, em pasta própria, na secretária do assistente operacional.
- 3- O material audiovisual afeto a determinado grupo disciplinar é da responsabilidade desse grupo.
- 4- Sempre que um professor, de outro grupo disciplinar, queira utilizar algum do equipamento referido no ponto anterior, deverá contactar com o professor ao cuidado de quem esse material se encontre ou em cuja sala de aula está colocado.
- 5- Caso seja criada a direção de instalações dos materiais audiovisuais, o inventário dos mesmos estará a cargo do respetivo Diretor, que deverá também promover formas de rentabilização dos recursos existentes.

Artigo 26.º
Materiais Didáticos

- 1- Os materiais didáticos, nos Jardins de Infância e nas escolas do 1.º ciclo, estão a cargo, respetivamente, das educadoras, professores titulares e/ou dos coordenadores de escola. Na Escola Básica e Secundária de Escariz, os materiais didáticos dos diversos grupos disciplinares e/ou departamentos curriculares estão a cargo dos respetivos coordenadores de departamento curricular ou dos diretores de instalações.
- 2- O Diretor pode ainda atribuir, em situações pontuais, a guarda de alguns materiais didáticos a assistente(s) operacional(ais) e professores.
- 3- Os elementos do pessoal docente e/ou não docente a quem forem atribuídas essas funções devem manter um inventário do material à sua guarda, permanentemente atualizado.
- 4- Os inventários dos materiais didáticos devem ser entregues ao Diretor, sendo esses documentos, posteriormente, arquivados na secretaria.

CAPÍTULO III
Administração e Gestão Escolar

Artigo 27.º
Administração e Gestão Escolar

- 1- A administração e gestão do Agrupamento de Escolas de Escariz são asseguradas por órgãos próprios, aos quais cabe cumprir e fazer cumprir os princípios e objetivos referidos nos Artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.
- 2- Os órgãos de direção, administração e gestão do Agrupamento de Escolas de Escariz são os seguintes:
 - a) O Conselho Geral;
 - b) O Diretor;
 - c) O Conselho Pedagógico;
 - d) O Conselho Administrativo.

SECÇÃO I
Conselho Geral

Artigo 28.º
Definição

- 1- O Conselho Geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas

orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do Artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a articulação com o município faz-se ainda através da Câmara Municipal no respeito pelas competências dos conselhos municipais de educação, estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

Artigo 29.º

Composição

1- O Conselho Geral é constituído por um número ímpar, não excedendo os 21 elementos, distribuídos da seguinte forma:

- a) Sete representantes do Pessoal Docente;
- b) Dois representantes do Pessoal não Docente;
- c) Um aluno representante do ensino secundário;
- d) Cinco representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação;
- e) Três representantes do município;
- f) Três representantes da comunidade local;

2- O Diretor participa nas reuniões do Conselho Geral, sem direito a voto.

3- Para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1, considera-se Pessoal Docente os docentes de carreira com vínculo contratual com o Ministério da Educação e Ciência.

4- Sem prejuízo do disposto no ponto n.º 2, os membros da direção, os coordenadores de escolas ou de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, bem como os docentes que assegurem funções de assessoria da direção, nos termos previstos no Artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, não podem ser membros do Conselho Geral.

5- Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1, a representação dos discentes é assegurada por alunos maiores de 16 anos de idade.

Artigo 30.º

Competências

1- As competências deste órgão são as atribuídas no Artigo 13.º do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de

abril com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

2- O presidente é eleito por maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho Geral em efetividade de funções.

3- Os restantes órgãos devem facultar ao Conselho Geral todas as informações necessárias para este realizar eficazmente o acompanhamento e a avaliação do funcionamento do Agrupamento de Escolas de Escariz.

4- O Conselho Geral pode constituir no seu seio uma comissão permanente, na qual pode delegar as competências de acompanhamento da atividade do Agrupamento de Escolas de Escariz entre as suas reuniões ordinárias.

5- A comissão permanente constitui-se como uma fração do Conselho Geral, respeitada a proporcionalidade dos corpos que nele têm representação.

Artigo 31.º

Designação de representantes

1- Os representantes do Pessoal Docente são eleitos por todos os docentes e formadores em exercício de funções no Agrupamento de Escolas de Escariz.

2- Os representantes dos alunos e do Pessoal não Docente são eleitos separadamente pelos respetivos corpos.

3- Os representantes dos Pais e Encarregados de Educação são eleitos em Assembleia-Geral de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Escariz, sob proposta das respetivas organizações representativas.

4- Os representantes do município são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.

5- Os representantes da comunidade local, quando se trate de individualidades ou representantes de atividades de carácter económico, social, cultural e científico, são cooptados pelos demais membros.

6- Os representantes da comunidade local, quando se trate de representantes de instituições ou organizações são indicados pelas mesmas após convite do Conselho Geral.

Artigo 32.º
Eleições

- 1- Os representantes referidos no n.º 1 do Artigo anterior candidatam-se à eleição, apresentando-se em listas separadas.
- 2- As listas devem conter a indicação dos candidatos a membros efetivos, em número igual ao dos respetivos representantes no Conselho Geral, bem como dos candidatos a membros suplentes.
- 3- As listas do pessoal docente devem assegurar, sempre que possível, a representação dos diferentes níveis e ciclos de ensino.
- 4- A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de *Hondt*.

Artigo 33.º
Mandato

- 1- O mandato dos membros do Conselho Geral tem a duração de quatro anos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
- 2- O mandato dos representantes dos Pais e Encarregados de Educação e dos alunos tem a duração de dois anos escolares.
- 3- Os membros do Conselho Geral são substituídos no exercício do cargo se entretanto perderem a qualidade que determinou a respetiva eleição ou designação.
- 4- As vagas resultantes da cessação do mandato dos membros eleitos são preenchidas pelo primeiro candidato não eleito, segundo a respetiva ordem de precedência, na lista a que pertencia o titular do mandato, com respeito pelo disposto no n.º 4 do Artigo anterior.

Artigo 34.º
Reunião do Conselho Geral

- 1- O Conselho Geral reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo respetivo presidente, por sua iniciativa, ou a requerimento de um terço dos seus membros em efetividade de funções ou por solicitação do Diretor.

- 2- As reuniões do Conselho Geral devem ser marcadas em horário que permita a participação de todos os seus membros.

SECÇÃO II
Diretor

Artigo 35.º
Definição

- 1- O Diretor é o órgão de administração e gestão do Agrupamento de Escolas de Escariz nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.
- 2- O Diretor é coadjuvado no exercício das suas funções por um subdiretor e por adjuntos em número a definir por despacho ministerial.
- 3- Para além das competências atribuídas no Artigoº 20.º da secção I do capítulo III, do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º137/2012, de 2 de julho, compete ao Diretor operacionalizar a informação, de modo a que esta se encontre sempre disponível e ao serviço da comunidade.
- 4- O Diretor é eleito pelo Conselho Geral, sendo respeitados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 21.º a 23.º da secção I do capítulo III, do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º137/2012, de 2 de julho. O subdiretor e o (s) adjunto (s) são designados pelo Diretor no prazo máximo de 30 dias após a sua tomada de posse.
- 5- As assessorias são atribuídas de acordo com Artigoº 30.º, da secção I do capítulo III, do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º137/2012, de 2 de julho.

SECÇÃO III
Conselho Pedagógico

Artigo 36.º
Definição

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do Agrupamento de Escolas de Escariz, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos

alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente.

Artigo 37.º
Composição

- 1- O Conselho Pedagógico é composto por 15 membros, distribuídos da seguinte forma:
- a) O Diretor, que é por inerência o presidente do Conselho Pedagógico;
 - b) Os sete coordenadores dos departamentos curriculares: Pré-Escolar, 1.º ciclo, Artes e Expressões, Ciências Físicas e Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Línguas, e Educação Especial;
 - c) O coordenador dos diretores de turma;
 - d) A professora bibliotecária das bibliotecas escolares;
 - e) Um docente representante do ensino secundário;
 - f) Um representante do Gabinete de Apoio ao Aluno (GAP);
 - g) Um coordenador de Projetos e Clubes;
 - h) Um docente representante dos Apoios Educativos;
 - i) Um representante do Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional (SPO).
- 2- Os representantes do pessoal docente no Conselho Geral não podem ser membros do Conselho Pedagógico.

Artigo 38.º
Competências

- 1- Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei, ao Conselho Pedagógico compete tudo aquilo que está consignado no Artigoº 33.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho.

Artigo 39.º
Funcionamento

- 1- O funcionamento deste órgão obedece ao ponto 1 do Artigoº 34.º do Decreto-Lei n.º75/2008 de 22 de abril, assim como ao ponto 2 do mesmo Artigo, do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

SECÇÃO IV
Conselho Administrativo

Artigo 40.º
Definição

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira do Agrupamento de Escolas de Escariz, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 41.º
Composição

- O Conselho Administrativo tem a seguinte composição:
- a) O Diretor, que preside;
 - b) O subdiretor ou um dos adjuntos do Diretor, por ele designado para o efeito;
 - c) O chefe dos serviços administrativos ou quem o substitua.

Artigo 42.º
Competências

- 1- As competências são aquelas consignadas no Artigoº 38.º do Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 137, de 2 de julho.

Artigo 43.º
Funcionamento

O Conselho Administrativo reúne, mensalmente, por convocatória do seu presidente, com a respetiva ordem de trabalhos ou a requerimento de qualquer dos restantes membros.

CAPÍTULO IV
Coordenação de escola ou de estabelecimento de Educação Pré-Escolar

Artigo 44.º
Coordenador

1- A coordenação de cada estabelecimento de Educação Pré-Escolar ou 1.º CEB é assegurada por um coordenador de estabelecimento.

2- Nos estabelecimentos de ensino que tenham menos de três docentes em exercício efetivo de funções, não há lugar à designação de coordenador.

3- O coordenador é designado pelo Diretor, de entre os professores em exercício efetivo de funções na escola ou no estabelecimento de Educação Pré-Escolar.

4- O mandato do coordenador de estabelecimento tem a duração de quatro anos e cessa com o mandato do Diretor.

5- O coordenador de estabelecimento pode ser exonerado a todo o tempo por despacho fundamentado do Diretor.

Artigo 45.º **Competências**

1- Compete ao coordenador de escola ou estabelecimento de educação pré-escolar:

- a) Coordenar as atividades educativas, em articulação com o Diretor;
- b) Cumprir e fazer cumprir as decisões do Diretor e exercer as competências que por este lhe forem delegadas;
- c) Transmitir as informações relativas a pessoal docente e não docente, e aos alunos;
- d) Promover e incentivar a participação dos pais e encarregados de educação, dos interesses locais e da autarquia nas atividades educativas.

CAPÍTULO V

Estruturas de Orientação Educativa, Serviços Especializados de Ação Educativa e Serviços Técnico- Pedagógicos

SECÇÃO I

Estruturas de Coordenação e Supervisão

Artigo 46.º **Estruturas de Coordenação Educativa e Supervisão Pedagógica**

1- As estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica são as seguintes:

- a) Departamento curricular do pré-escolar;
 - b) Departamento curricular do 1.º ciclo;
 - c) Departamentos curriculares do 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário;
 - d) Departamento de educação especial;
 - e) Conselhos de grupo disciplinar;
 - f) Conselhos de turma/professores titulares de turma;
 - g) Conselhos de diretores de turma;
 - j) Serviços especializados;
 - k) Bibliotecas escolares;
 - l) Apoios pedagógicos;
 - m) Gabinete de Apoio ao Aluno;
 - n) Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional.
- 2- A constituição de estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica visa realizar as funções definidas no Artigoº 42.º do Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, alíneas a), b), c) e d).

Artigo 47.º **Articulação e Gestão Curricular**

1- Sem prejuízo do salvaguardado no Artigoº 43.º do Decreto-Lei em referência, pontos 1 e 2, o número de departamentos curriculares é de sete: Pré-Escolar; 1.º CEB; Artes e Expressões; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Físicas e Naturais; Línguas e Educação Especial.

Artigo 48.º **Composição do Departamento Curricular**

1- Os grupos que compõem cada departamento curricular do Agrupamento de Escolas de Escariz são os seguintes:

- a) Departamento curricular do Pré-escolar;
- b) Departamento curricular do 1.º CEB;
- c) Departamento de Línguas – as disciplinas de Português, Francês e Inglês;
- d) Departamento de Ciências Humanas e Sociais – as disciplinas de História e Geografia de Portugal, Geografia, História, Filosofia, Psicologia e Educação Moral e Religiosa Católica;
- e) Departamento de Ciências Físicas e Naturais – as disciplinas de Matemática, Ciências Naturais,

Biologia, Geologia, Ciências Físico-Químicas, Física e Tecnologias de Informação e Comunicação;

f) Departamento de Artes e Expressões – as disciplinas de Educação Visual e Tecnológica, Educação Visual, Educação Musical, Educação Física, Educação Tecnológica;

g) Departamento de Educação Especial – grupos de Educação Especial.

Artigo 49.º

Competências do Departamento Curricular

1- O Departamento Curricular tem as suas competências definidas no Artigoº 4.º do Decreto-Regulamentar 10/99, de 21 de julho.

2- Compete-lhe cumulativamente:

a) Colaborar com o Conselho Pedagógico na construção do Projeto Educativo e do Projeto Curricular do Agrupamento, bem como na conceção de programas e na apreciação de projetos interdisciplinares e/ou para a concretização dos mesmos;

b) Coordenar as atividades pedagógicas a desenvolver pelos professores do departamento, no domínio da implementação dos planos curriculares e das novas áreas curriculares, bem como de outras atividades educativas constantes do Projeto Educativo, do Projeto Curricular de Agrupamento e do Plano Anual de Atividades (PAA) do Agrupamento;

c) Elaborar e avaliar o Plano Anual de Atividades do departamento, tendo em vista a concretização do Projeto Educativo e do Projeto Curricular do Agrupamento;

d) Desenvolver e apoiar projetos educativos de âmbito local e regional, numa perspetiva de investigação-ação, de acordo com os recursos da escola ou através da colaboração com outras escolas e entidades;

e) Desenvolver medidas capazes de satisfazer as necessidades dos docentes no âmbito da formação contínua, bem como no apoio aos que se encontram em formação inicial;

f) Propor a criação de áreas disciplinares;

g) Propor disciplinas ou componentes curriculares de âmbito regional e/ou local, bem como as respetivas estruturas programáticas;

h) Elaborar estudos e/ou pareceres relativos a programas, metodologias, organização curricular

e processos e critérios de avaliação de docentes e discentes;

i) Definir critérios para atribuição de serviço docente e gestão de espaços e equipamentos;

j) Definir os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade;

k) Elaborar e aplicar medidas de reforço no domínio das didáticas específicas das disciplinas;

l) Fomentar a troca de experiências e saberes;

m) Elaborar o respetivo regimento.

Artigo 50.º

Funcionamento dos Departamentos Curriculares

O funcionamento do departamento será definido no respetivo regimento revisto anualmente na primeira reunião do ano letivo.

Artigo 51.º

Coordenação de Departamento Curricular

1- A coordenação deve cumprir o estipulado nos pontos 5, 6, 7, 8 e 10, do Artigoº 43.º do Decreto-Lei nº. 137/2012, de 2 de julho.

2- O mandato dos coordenadores dos departamentos curriculares tem a duração de quatro anos e cessa com o mandato do Diretor.

Artigo 52.º

Competências do Coordenador de Departamento Curricular

1- Compete ao coordenador de departamento curricular:

a) Representar os professores do departamento no Conselho Pedagógico, atuando como transmissor entre este órgão e o departamento curricular;

b) Salvaguardar a participação do departamento na elaboração, desenvolvimento e avaliação do Projeto Educativo do Agrupamento, bem como do Regulamento Interno e do PAA;

c) Assegurar, de forma articulada com outras estruturas de orientação educativa do Agrupamento, a adoção de metodologias destinadas ao desenvolvimento quer dos planos de estudo, quer das componentes de âmbito local do currículo;

- d) Promover a articulação com outras estruturas de orientação educativa, nomeadamente, na análise e desenvolvimento de medidas de orientação e diferenciação;
- e) Assegurar a coordenação das orientações curriculares e dos programas de estudo, promovendo a adequação dos seus objetivos e conteúdos à situação concreta do Agrupamento;
- f) Promover a realização de atividades de investigação, de reflexão e de estudo, visando a melhoria da qualidade das práticas educativas;
- g) Promover a articulação entre a formação inicial e a formação contínua dos professores do departamento;
- h) Colaborar com as estruturas de formação contínua na identificação das necessidades de formação dos professores do departamento;
- i) Propor ao Conselho Pedagógico a designação dos professores responsáveis pelo acompanhamento da profissionalização em serviço e dos orientadores de prática pedagógica das licenciaturas em ensino e do ramo da formação educacional;
- j) Promover medidas de planificação e avaliação das atividades do departamento;
- k) Cooperar na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de autonomia da escola;
- l) Apresentar ao Diretor um relatório crítico, anual, do trabalho desenvolvido;
- m) Promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os docentes;
- n) Propor ao Conselho Pedagógico o desenvolvimento de componentes curriculares locais e a adoção de medidas destinadas a melhorar a aprendizagem dos alunos;
- o) Cooperar na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de autonomia do Agrupamento;
- p) Convocar as reuniões de departamento;
- q) Definir e dirigir os trabalhos das reuniões;
- r) Transmitir as informações e deliberações provenientes do Conselho Pedagógico;
- s) Fazer chegar ao Conselho Pedagógico, para devida análise, propostas emanadas do departamento com interesse para a comunidade educativa.
- t) No Departamento de Educação Especial compete ao coordenador requisitar material

necessário e adequado às necessidades dos alunos.

Artigo 53.º

Conselhos de Grupo Disciplinar/ Coordenação de Ano

- 1- Os conselhos de grupo disciplinar são as estruturas educativas que:
 - a) asseguram a coordenação pedagógica de cada ano/ciclo, tendo por finalidade a articulação das atividades das turmas;
 - b) apoiam o departamento curricular na prossecução das suas competências.
- 2- As reuniões de coordenação de ano, no 1.º ciclo, são constituídas pelos professores em exercício efetivo, e que lecionem o mesmo ano de escolaridade.
- 3- Na Escola Básica e Secundária de Escariz, os conselhos de grupo são formados pelos professores da mesma área disciplinar.
- 4- Estas estruturas são coordenadas por um representante de grupo disciplinar, no 2.º e 3.º ciclos e secundário e no 1.º ciclo por um coordenador, sendo este professor de carreira, eleito de entre os seus pares, preferencialmente no final do ano escolar.
- 5- O exercício das funções do representante de grupo disciplinar pode cessar a pedido do interessado ou por proposta fundamentada do Diretor, preferencialmente no final do ano escolar.

Artigo 54.º

Funcionamento dos Conselhos de Grupo Disciplinar

- 1- O conselho de grupo reúne-se, ordinariamente, no início e no final de cada ano letivo, bem como, regra geral, uma vez por mês, quando tal se justifique, em dia e hora a determinar pelo grupo.
- 2- O conselho de grupo reúne extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo representante, por sua iniciativa ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros em efetividade de funções.
- 3- As reuniões são convocadas pelo representante. No 1.º ciclo, as convocatórias deverão ser enviadas, com a antecedência de três

dias e afixadas, se possível, nos locais habituais, devendo constar da convocatória a respetiva ordem de trabalhos.

4- A convocatória das reuniões, com a respetiva ordem de trabalhos, é divulgada com um mínimo de 48 horas de antecedência mediante o envio da convocatória por *e-mail* e/ou a afixação do respetivo documento nos *placards* da sala de professores, nos 2.º e 3.º ciclos e secundário. No caso dos jardins de infância e do 1.º CEB, a convocatória é afixada nos locais habituais.

5- A convocatória das reuniões extraordinárias pode ser divulgada apenas com 24 horas de antecedência, presencialmente ou por telefone.

6- O regime de secretariado das reuniões é definido, em cada grupo disciplinar, na reunião do início do ano letivo.

7- De todas as reuniões, ordinárias e extraordinárias, são lavradas atas que, depois de assinadas pelo representante e pelo secretário, são entregues à guarda do Diretor.

8- As faltas dos docentes, marcadas a partir da verificação das folhas de presença entregues ao representante, correspondem, para cada reunião, a dois tempos letivos.

Artigo 55.º

Competências dos Conselhos de Grupo Disciplinar

1- São competências dos conselhos de grupo disciplinar:

- a) Determinar as aprendizagens e competências essenciais a serem granjeadas pelos alunos, bem como as experiências educativas que a estes devem ser proporcionadas;
- b) Desenvolver, em conjugação com os serviços de psicologia e orientação e os diretores de turma, medidas nos domínios da orientação, acompanhamento e avaliação dos alunos, visando contribuir para o seu sucesso escolar e educativo;
- c) Analisar a oportunidade e/ou a conveniência de adoção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras medidas destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir a exclusão;
- d) Analisar e refletir sobre as práticas educativas e o seu contexto, nomeadamente a adoção de modelos pedagógicos, de métodos de ensino e de

avaliação, de materiais de ensino - aprendizagem e manuais escolares;

e) Elaborar estudos, planificações curriculares e/ou pareceres relativos a programas, metodologias, organização curricular;

f) Definir os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade;

g) Elaborar e aplicar medidas de reforço no domínio das didáticas específicas das disciplinas;

h) Promover a troca de experiências e a cooperação entre professores do mesmo grupo/ano de escolaridade.

Artigo 56.º

Competências do Representante de Grupo Disciplinar

1- Compete ao representante disciplinar:

- a) Promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os seus membros;
- b) Presidir às reuniões do conselho de grupo;
- c) Orientar e coordenar as atividades desenvolvidas pelo grupo disciplinar;
- d) Elaborar o plano de atividades do grupo;
- e) Fazer chegar ao coordenador do departamento curricular as propostas elaboradas em conselho de grupo;
- f) Coordenar a ação do grupo, articulando estratégias e procedimentos;
- g) Assegurar a participação do ano e/ou ciclo na elaboração, desenvolvimento e avaliação do Projeto Educativo do Agrupamento assim como do PAA e do Regulamento Interno;
- h) Colaborar com outras estruturas de forma contínua na identificação das necessidades de formação dos professores;
- i) Promover medidas de planificação e avaliação das atividades deste órgão.

Artigo 57.º

Coordenação de Turma/ Conselho de Turma

1- A organização, o acompanhamento, a avaliação e a articulação entre a escola e a família é assegurada pelos princípios emanados das alíneas a), b) e c), do Artigo n.º 43.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

Artigo 58.º

**Competências do Departamento da Educação
Pré-Escolar/Coordenação de Ano/ Conselho de
Turma**

1- Compete aos educadores de infância planificar as atividades, tendo em conta o nível de desenvolvimento das crianças e promover as melhores condições de aprendizagem, em articulação com a família.

2- Aos professores titulares de turma e ao Conselho de Turma compete:

- a) Analisar a situação da turma e identificar características específicas dos alunos a ter em conta no processo de ensino-aprendizagem com vista a estabelecer o plano turma;
- b) Planificar o desenvolvimento das atividades a realizar com os alunos em contexto de sala de aula;
- c) Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos alunos, promovendo a articulação com os respetivos serviços especializados, em ordem à sua superação;
- d) Assegurar a adequação do currículo às características específicas dos alunos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e sequências adequadas;
- e) Adotar estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam as aprendizagens dos alunos;
- f) Conceber e delinear atividades em complemento do currículo proposto;
- g) Desenvolver atividades que promovam a educação para a cidadania, visando a prevenção de comportamentos inadequados e de risco, em contexto escolar e social;
- h) Preparar informação adequada, a disponibilizar aos pais e encarregados de educação, relativa ao processo de aprendizagem e avaliação dos alunos.
- i) Aprovar as propostas de avaliação do rendimento escolar apresentadas por cada professor nas reuniões de avaliação, a realizar no final de cada período letivo e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Pedagógico;
- j) Articular as atividades dos professores da turma com as dos departamentos curriculares designadamente no que se refere ao planeamento e coordenação de atividades interdisciplinares a nível da turma;

- i) Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos alunos, promovendo a articulação com os respetivos serviços especializados de apoio educativo.

Artigo 59.º

Composição do Conselho de Turma

1- O Conselho de Turma é constituído de acordo com a alínea c), do Artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril.

Artigo 60.º

Funcionamento do Conselho de Turma

1- O Conselho de Turma é presidido pelo respetivo diretor de turma, reunindo no início do ano letivo, num momento intermédio, para reuniões intercalares de avaliação dos alunos e/ou de coordenação pedagógica, e no final dos períodos escolares; reúne, extraordinariamente, sempre que um motivo de natureza pedagógica ou disciplinar o justifique.

2- Em questões de natureza disciplinar é presidido pelo Diretor.

3- As pessoas que, de forma direta ou indireta, detenham uma posição de interessados no objeto de apreciação do Conselho de Turma disciplinar não podem nele participar, aplicando-se, com as devidas adaptações, o que se dispõe no Código do Procedimento Administrativo sobre garantias de imparcialidade.

4- A não comparência dos representantes dos pais e encarregados de educação ou dos alunos, quando devidamente notificados, não impede o Conselho de Turma de se reunir e deliberar.

5- Quando o Conselho de Turma se reunir para tratar de assuntos relacionados com exames e avaliação final de cada período escolar, apenas estarão presentes os elementos docentes.

6- As reuniões ordinárias e extraordinárias com a respetiva ordem de trabalhos são convocadas pelo Diretor; as ordinárias têm de ser convocadas com um mínimo de 48 horas de antecedência e as extraordinárias apenas com 24 horas.

7- A divulgação das convocatórias aos professores é feita via correio eletrónico e mediante a afixação do respetivo documento no *placard* da sala de professores; o representante dos alunos

da turma e os representantes dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma são convocados pelo diretor de turma; o representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação é convocado pelo Diretor.

8- De todas as reuniões, ordinárias e extraordinárias, são lavradas atas que depois de assinadas pelo diretor de turma e pelo Secretário são entregues à guarda do Diretor.

9- A designação do membro docente que deve secretariar a reunião é feita pelo Diretor.

Artigo 61.º

Competências do Conselho de Turma/Professor Titular de Turma

1- Sem prejuízo do enunciado na lei, o Conselho de Turma tem, ainda, as seguintes atribuições:

- a) Adotar medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um bom ambiente educativo, competindo-lhe articular a intervenção do(s) professor(es) da turma e dos pais e encarregados de educação e colaborar com estes no sentido de prevenir e resolver problemas comportamentais ou de aprendizagem.
- b) Dar parecer sobre todas as questões de natureza pedagógica e disciplinar que à turma digam respeito;
- c) Colaborar nas ações que favoreçam a inter-relação da escola com a comunidade.

Artigo 62.º

Competências do Conselho de Coordenação de Ano

1- Sem prejuízo do enunciado na lei, compete a este órgão:

- a) Elaborar a planificação mensal e anual para as diversas áreas curriculares;
- b) Definir e operacionalizar os critérios de avaliação;
- c) Pronunciar-se sobre casos especiais de avaliação;
- d) Elaborar propostas de adoção de manuais.

Artigo 63.º

Diretor de Turma/ Professor Titular da Turma

1- A coordenação das atividades do Conselho de Turma é realizada pelo professor titular da turma, no 1.º CEB e pelo diretor de turma, no 2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário.

2- A designação dos diretores de turma é da responsabilidade do Diretor, devendo ser, sempre que possível, professores de carreira.

3- O diretor de turma deve ser um professor que leccione à totalidade dos alunos da turma.

4- O número máximo de direções de turma a atribuir a um professor é uma.

5- A redução da componente letiva a conceder ao diretor de turma, pelo exercício do cargo, é atribuída, anualmente de acordo com a lei. Acresce a esta redução a atribuição de um tempo da componente não letiva de diretor de turma.

6- O diretor de turma deve manter-se, sempre que possível, ao longo de cada ciclo de estudos da turma.

Artigo 64.º

Conselho de Diretores de Turma

O conselho de diretores de turma é uma estrutura educativa intermédia que assegura a coordenação pedagógica de cada ciclo/ano, tendo por finalidade a articulação das atividades das turmas.

Artigo 65.º

Composição do Conselho de Diretores de Turma

1- O conselho de diretores de turma é constituído pelos diretores das turmas, do 2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário.

2- Os diretores de turma de cada ciclo têm um coordenador e um subcoordenador que são designados pelo Diretor, preferencialmente no fim do ano escolar anterior, salvaguardando a obrigatoriedade, de ser um professor de carreira e de preferência com formação especializada na área da orientação educativa ou da coordenação pedagógica, ou desde que reúna os requisitos.

Artigo 66.º

Funcionamento do Conselho de Diretores de Turma

1- O conselho de diretores de turma reúne, ordinariamente, no início do ano letivo, antes das

reuniões intercalares de conselhos de turma e no final de cada um dos períodos (antes das reuniões de avaliação sumativa dos alunos).

2- O conselho de diretores de turma reúne, extraordinariamente, sempre que para tal seja convocado pelo Diretor por sua iniciativa ou a requerimento do respetivo coordenador ou de pelo menos um terço dos seus membros em efetividade de funções.

3- As suas reuniões ordinárias e extraordinárias são convocadas e presididas pelo coordenador, devendo, no 2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário ser afixadas as respetivas convocatórias, na sala de professores e enviadas via correio eletrónico.

4- A convocatória das reuniões extraordinárias pode ser divulgada apenas com 24 horas de antecedência.

5- De todas as reuniões, ordinárias e extraordinárias, são lavradas atas que depois de assinadas pelo coordenador e pelo secretário são entregues à guarda do Diretor.

6- O regime de secretariado das reuniões é definido, pelo respetivo conselho, no início do ano letivo.

Artigo 67.º

Competências do Conselho de Diretores de Turma

1- Sem prejuízo do enunciado na lei, constituem, ainda, atribuições do conselho de diretores de turma:

- a) Promover a execução das orientações do Conselho Pedagógico, visando a formação dos professores e a realização de ações que estimulem a interdisciplinaridade;
- b) Analisar as propostas dos conselhos de turma/professores titulares de turma e submetê-las, através do coordenador, ao Conselho Pedagógico;
- c) Propor e planificar formas de atuação junto dos pais e encarregados de educação;
- d) Promover a interação entre a escola e a comunidade;
- e) Propor e planificar formas de remediação e/ou consolidação das conclusões obtidas nos termos da alínea anterior.

SECÇÃO II

Serviços Especializados

Artigo 68.º

Definição

1- Os serviços especializados destinam-se a promover a existência de condições que assegurem a plena integração escolar dos alunos, devendo reunir a sua atividade com as estruturas de orientação educativa.

Artigo 69.º

Composição

Estes serviços são compostos por:

- 1- Um Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional;
- 2- Uma equipa de Educação Especial, cuja ação dos docentes é baseado no pressuposto descrito no Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro;
- 3- Uma equipa de técnicos especializados (terapeuta da fala, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta).

Artigo 70.º

Competências

São competências dos serviços especializados:

- a) Implementar, coordenar, acompanhar e avaliar as medidas educativas especiais.

SUB-SECÇÃO I

Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional

Artigo 71.º

Definição

O Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional é um serviço especializado que desenvolve as suas ações ao nível da avaliação, aconselhamento, orientação psicológica com vista ao sucesso educativo dos alunos.

Artigo 72.º

Composição

Integra o Serviço de Psicologia e Orientação:

a) O psicólogo que presta serviço no Agrupamento.

Artigo 73.º
Competências

As competências do Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional são as seguintes:

- 1- Desenvolver ações de orientação e aconselhamento vocacional dos alunos.
- 2- Proceder à avaliação psicológica dos alunos.
- 3- Cooperar com as docentes de educação especial no despiste, avaliação e acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais.
- 4- Promover ações de apoio psicopedagógico, especialmente na deteção precoce de fatores de risco educativo e operacionalização de medidas preventivas.
- 5- Apoiar os restantes órgãos, serviços e estruturas em assunto de natureza psicopedagógica e da orientação vocacional.

Artigo 74.º
Funcionamento

O Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional reúne com o Departamento de Educação Especial e restantes estruturas de orientação pedagógica, sempre que necessário.

SUB-SECÇÃO II
Equipa de Educação Especial

Artigo 75.º
Definição

A equipa de Educação Especial é um serviço especializado que deve contribuir para o despiste, o apoio e o encaminhamento das crianças e jovens com necessidades educativas especiais e que recorre a um conjunto de recursos específicos (método de ensino, currículos adaptados, apoio de materiais ou de serviços de pessoal especializado), de forma a dar resposta adequada às necessidades educativas especiais de todos os alunos.

Artigo 76.º
Composição e funcionamento

A equipa é composta pelos docentes especializados colocados nos lugares de educação especial e reúne semanalmente em dia e hora a determinar no início do ano letivo.

Artigo 77.º
Competências da Equipa de Educação Especial

São competências desta equipa:

- a) Colaborar na deteção de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, que exijam formas de apoio adequadas no domínio pedagógico, psicológico e socioeducativo;
- b) Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória das crianças e jovens com necessidades educativas especiais;
- c) Proceder à avaliação pedagógica dos alunos com necessidades específicas de educação, tendo em vista o desenvolvimento de projetos educativos individuais;
- d) Planear estratégias de intervenção com base nos programas educativos individuais, executá-las e proceder à sua avaliação;
- e) Promover a participação ativa dos docentes do ensino regular e dos pais na elaboração, execução e avaliação dos programas educativos individuais dos alunos;
- f) Colaborar diretamente com o professor, na sala de aula, na diversificação de estratégias e métodos educativos que promovam o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos;
- g) Colaborar com o Conselho de Turma/professor titular de turma na elaboração das medidas especiais de educação a enquadrar no plano turma;
- h) Participar nos conselhos de turma e outras reuniões escolares, no sentido de contribuir para o esclarecimento e solução de problemas relativos a alunos com necessidades educativas especiais, seja em reuniões intercalares ou de avaliação.
- i) Colaborar com o Diretor e encarregados de educação no encaminhamento dos alunos com necessidades educativas especiais para outras

instituições de educação ou formação profissional.

j) Contactar outras estruturas ou serviços exteriores ao Agrupamento, quando se revelar necessária a intervenção de outros parceiros ou especialistas em domínios que se considerem relevantes para o processo de desenvolvimento e formação dos alunos.

k) Apoiar alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado/permanente, individualmente ou em pequenos grupos, dentro ou fora do contexto grupo/turma, consoante as necessidades dos alunos e a especificidade dos conteúdos curriculares, de acordo com o definido no programa educativo individual.

l) Esclarecer os encarregados de educação quanto às opções curriculares oferecidas pelas escolas da área e às suas consequências quanto ao prosseguimento de estudos ou inserção na vida social.

m) Promover formação/informação no âmbito das problemáticas/deficiências inerentes aos alunos do Agrupamento.

n) Acompanhar a implementação de medidas de regime educativo especial, nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.

o) Acompanhar a evolução dos discentes, auscultando os respetivos diretores de turma/professores titulares de turma e procurando corresponder às solicitações por estes manifestadas.

p) Colaborar com os técnicos especializados e com o Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional.

Artigo 78.º

Medidas de Educação Especial

1- Aplicar-se-á a legislação em vigor para definir as medidas de educação especial adequadas.

2- Os pais e encarregados de educação deverão manifestar a sua autorização sobre as medidas de educação especial a adotar. Essa autorização deverá ser devidamente assinada, entregue ao diretor de turma/professor titular de turma/educador e arquivada no processo do aluno.

SUB-SECÇÃO III Técnicos Especializados

Artigo 79.º

Composição e funcionamento

Os técnicos especializados a exercer funções no Agrupamento reúnem sempre que necessário com a equipa de Educação Especial, professores titulares/diretores de turma e encarregados de educação.

SECÇÃO III

Bibliotecas Escolares do Agrupamento

Artigo 80.º

Competências

1- Às Bibliotecas Escolares do Agrupamento de Escolas de Escariz compete:

a) Contribuir para a consecução dos objetivos do Agrupamento, disponibilizando recursos, que favoreçam percursos escolares sequenciais e articulados;

b) Proporcionar: pesquisa bibliográfica; espaços/momentos de leitura de presença; empréstimo domiciliário; aulas na biblioteca, por solicitação prévia; atividades de dinamização cultural; acesso a suporte informático para a pesquisa e execução de trabalhos; consulta de material audiovisual;

c) Agilizar a troca de informações indispensável neste contexto;

d) Promover a divulgação, em tempo útil, através de mecanismos flexíveis, da informação disponível, quer relativamente às realizações das escolas do Agrupamento, quer em relação aos contatos com outras instituições, contando para esse efeito com meios de comunicação disponíveis, nomeadamente na página do Agrupamento, no *abc do Ascário*, no “Ascário Online”, nos *placards* e noutros espaços;

e) Ajustar a política de aquisição de “documentação”, em função da nova realidade existente e das necessidades dos estabelecimentos que integram o Agrupamento;

f) Promover iniciativas conjuntas entre os vários estabelecimentos e estruturas do Agrupamento,

assegurando a sua divulgação junto dos elementos da comunidade educativa;

g) Integrar, no seu espólio, os trabalhos relevantes produzidos pela comunidade educativa;

h) Privilegiar a formação no âmbito das novas tecnologias, promovendo a aquisição de novas competências, essenciais quer a nível do ensino, quer a nível profissional;

i) Informatizar o fundo documental, de modo a garantir um acesso rápido à informação;

j) Elaborar o plano anual de atividades das bibliotecas escolares, a inserir no Plano Anual de Atividades do Agrupamento.

2- A organização, dinamização e gestão das Bibliotecas Escolares do Agrupamento de Escariz incumbe à professora bibliotecária e à equipa das bibliotecas escolares com competências nos domínios pedagógico, de gestão da informação e das ciências documentais.

Artigo 81.º

Competências da Professora Bibliotecária do Agrupamento

1- Compete à professora bibliotecária das bibliotecas escolares:

a) Promover a integração das bibliotecas no Agrupamento;

b) Assegurar a gestão das bibliotecas e dos recursos humanos, materiais e financeiros a eles afetos;

c) Definir e operacionalizar, em articulação com o Diretor, as estratégias e atividades de política documental do Agrupamento;

d) Coordenar a equipa das bibliotecas escolares do Agrupamento;

e) Favorecer o desenvolvimento das literacias, designadamente da leitura e da informação, e apoiar o desenvolvimento curricular;

f) Promover o uso das bibliotecas e dos seus recursos, tendo em atenção a composição da equipa das bibliotecas escolares;

g) Representar as bibliotecas escolares do Agrupamento no Conselho Pedagógico e na Rede Concelhia de Bibliotecas.

Artigo 82.º

Composição da Equipa das Bibliotecas Escolares do Agrupamento

1- A equipa das bibliotecas escolares do Agrupamento de Escariz deverá ser constituída, sempre que possível, por:

a) Um coordenador [professor(a) bibliotecário(a)];

b) Quatro docentes de diferentes áreas sendo um deles, preferencialmente docente do 1.º ciclo/JI;

c) Assistentes educativas, de forma a assegurar o funcionamento das 8:30h às 18:00h.

2- Os docentes que constituem esta equipa deverão assegurar a titularidade de formação que abranja as diferentes áreas do conhecimento de modo a permitir uma efetiva complementaridade de saberes.

3- A equipa das bibliotecas escolares do Agrupamento de Escariz deverá realizar sessões de trabalho com o(a) professor(a) bibliotecário(a), sempre que for necessário.

4- Para dar cumprimento ao disposto anteriormente, os horários dos docentes integrantes da equipa das bibliotecas escolares do Agrupamento de Escariz devem prever um segmento de 90 minutos comum.

Artigo 83.º

Competências da Equipa das Bibliotecas Escolares do Agrupamento

1- A equipa das bibliotecas escolares do Agrupamento deverá ter as seguintes competências:

a) Elaborar o plano anual de atividades das bibliotecas escolares;

b) Dinamizar e supervisionar a execução das atividades;

c) Organizar informação, serviços de referência e fontes de informação;

d) Proceder à difusão da informação e *marketing*;

e) Desenvolver o trabalho em rede escolar;

f) Elaborar a proposta das normas regulamentares das bibliotecas escolares do Agrupamento, a qual deve ser submetida ao Conselho Geral para aprovação.

g) Apresentar ao Diretor um relatório crítico, anual, do trabalho desenvolvido.

SECÇÃO IV **Apoios Pedagógicos**

Artigo 84.º **Funcionamento dos Apoios Pedagógicos** **Acrescidos**

- 1- As propostas de Apoio Pedagógico Acrescido (APA) devem ser apresentadas em reunião de conselho de ano/turma.
- 2- Para cada aluno proposto deve ser elaborado um plano de intervenção individual que especificará as dificuldades do aluno e as atividades/estratégias a implementar.
- 3- O aluno não deverá ser proposto para apoio em mais de duas disciplinas de modo a não sobrecarregar o horário e inviabilizar o tempo de estudo individual necessário.
- 4- Caso algum aluno manifeste comportamentos ou atitudes passíveis de perturbar o normal funcionamento das aulas, inibindo dessa forma o seu processo de aprendizagem, bem como o dos restantes colegas, pode o Conselho de Turma determinar o fim do benefício dessa medida de apoio, relativa a esses alunos.
- 5- Os alunos que registem mais de três faltas injustificadas são excluídos, podendo ser indicados para a frequência no período seguinte.
- 6- Os grupos constituídos, para aulas de apoio, terão um máximo de 10 alunos, a menos que este apoio seja dirigido ao grupo turma.
- 7- Durante o ano, só devem ser propostos os alunos que revelem interesse, na sala de aula, pelos conteúdos lecionados e demonstrem desejo de atingir os objetivos propostos para a disciplina.
- 8- Nas reuniões trimestrais de avaliação deve ser feita uma análise dos resultados obtidos e equacionar a reestruturação, ou não, dos apoios educativos.
- 9- Cabe ao docente titular/diretor de turma formalizar o processo comunicando e responsabilizando o encarregado de educação do aluno para o seu cumprimento.

Artigo 85.º **Tutorias**

- 1- Em casos devidamente fundamentados e por solicitação do Conselho de Turma, pode uma

turma ou grupo de alunos ser apoiado por um docente que deve ser professor, preferencialmente, da turma.

2- O acompanhamento a alunos visa apoiar o diretor de turma na construção de um projeto que combata o abandono e o insucesso escolar, assim como na prevenção de problemas de índole pedagógica e/ou disciplinar.

3- O papel e o perfil desse docente devem ser adequados às características do aluno/turma.

4- O tutor e o diretor de turma elaboram, conjuntamente, um projeto de atuação para o aluno/ a turma com vista à resolução do problema detetado.

5- Nas reuniões trimestrais de avaliação deve ser feita uma análise dos resultados obtidos e equacionar a reestruturação, ou não, desta medida.

6- Os alunos que beneficiem de Tutoria são abrangidos pelo mesmo regime de faltas referido no Artigo anterior.

Artigo 86.º **Gabinete de Apoio ao Aluno - Composição**

A equipa de coordenação do Gabinete de Apoio ao Aluno é composta, preferencialmente, por quatro professores, dois do 2.º ciclo e dois do 3.º ciclo, nomeados pelo Diretor.

Artigo 87.º **Funcionamento**

O gabinete funciona em horário a definir no início de cada ano letivo, de acordo com a disponibilidade de recursos humanos.

Artigo 88.º **Funções do Gabinete de Apoio ao Aluno**

- 1- Atender os alunos que procurem este espaço, por iniciativa própria ou enviados pelos professores, diretores de turma e outras entidades da comunidade educativa.
- 2- Encaminhar os utentes para estruturas especializadas sempre que as questões ultrapassem as competências deste gabinete.
- 3- Assumir a resolução dos procedimentos disciplinares.

4- Atuar nas seguintes áreas de intervenção: autoestima e motivação; absentismo, *bullying* e violência; problemas comportamentais, abandono escolar, insucesso escolar e relacionamento interpessoal.

Artigo 89.º

Competências do professor Coordenador do Gabinete de Apoio ao aluno

1- São competências do professor coordenador do Gabinete:

- a) Desenvolver, em conjugação com os Serviços de Psicologia e Orientação Vocacional e os Diretores de Turma, medidas nos domínios da orientação e acompanhamento dos alunos, visando contribuir para a sua total integração no meio escolar facilitando desta forma o seu sucesso educativo;
- b) Efetuar um relatório, no final do ano letivo, onde conste o trabalho realizado, nomeadamente o número de situações acompanhadas, a eficácia das soluções encontradas e outras situações.

CAPÍTULO VI

Atividades de Animação e Apoio à Família / Atividades de Enriquecimento Curricular/Educativo na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico / Atividades conjuntas e Visitas de Estudo

SECÇÃO I

Atividade de Animação e Apoio à Família

Artigo 90.º

Componente da Atividade de Animação e Apoio à Família

1- A atividade de animação e apoio à família (AAAF) visa assegurar o acompanhamento dos alunos antes ou depois das atividades curriculares/educativas e de enriquecimento, e/ou durante os períodos de interrupção das atividades letivas.

2- A componente de animação e apoio à família funciona conforme protocolo estabelecido entre

as várias associações de pais, a Câmara Municipal de Arouca e o Agrupamento de Escolas de Escariz.

SECÇÃO II

Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo

Artigo 91.º

Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo

O Agrupamento de Escolas de Escariz, como entidade promotora, desenvolve o Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), no 1.º ciclo, de acordo com o disposto no Artigo 7.º do Despacho n.º 9265-B/2013.

Artigo 92.º

Horário e funcionamento

1- A duração semanal das atividades de enriquecimento curricular obedece ao disposto nos Despachos Normativos n.ºs 7/2013 e 7-A/2013 e carecem do parecer prévio do Conselho Pedagógico no sentido de fornecer as orientações para a organização e distribuição dos horários das AEC.

Artigo 93.º

Competências do Agrupamento no âmbito das AEC

As competências do órgão de gestão do Agrupamento neste âmbito são aquelas que estão estipuladas na lei.

Artigo 94.º

Competências das Famílias - Deveres dos Encarregados de Educação

1- Aos encarregados de educação compete responsabilizarem-se pela assiduidade dos seus educandos e alertar a escola, em caso de falta.

2- As atividades não podem ser interrompidas pelos encarregados de educação, devendo estes aguardar num espaço exterior ao local onde se desenvolvem as mesmas.

3- Os encarregados de educação devem cumprir e fazer cumprir as regras estabelecidas pelo

estabelecimento de educação, bem como o disposto no Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Artigo 95.º

Competências das Famílias - Direitos dos Encarregados de Educação

- 1- Os encarregados de educação têm o direito de ser informados acerca dos conteúdos programáticos.
- 2- Os encarregados de educação podem fazer propostas relevantes, desde que devidamente justificadas, para a melhoria das atividades, através das associações legalmente constituídas.
- 3- Os encarregados de educação têm o direito de retirar o seu educando das atividades de enriquecimento curricular a qualquer altura do ano, desde que previamente comunicado por escrito à escola.

Artigo 96.º

Competências dos Professores das Atividades de Enriquecimento Curricular

Compete a estes agentes educativos:

- 1- Planear e executar as atividades consoante as temáticas definidas, em articulação com os professores titulares de turma e o Agrupamento.
- 2- Fornecer aos alunos os materiais pedagógicos possíveis para execução da atividade.
- 3- Garantir o cumprimento do horário das atividades.
- 4- Preencher, diariamente, o livro de registo da turma.
- 5- Registrar a prestação dos alunos no desenvolvimento dos conteúdos programáticos.
- 6- Realizar as atividades com segurança num ambiente positivo, de acordo com as capacidades de aprendizagem das crianças.
- 7- Informar atempadamente a escola, no caso de ausência.
- 8- Elaborar um relatório no final do ano letivo, relativo ao desenrolar da atividade.

SECÇÃO III

Atividades de Enriquecimento Curricular nos 2.º e 3.º ciclos / secundário / Projetos e Clubes

Artigo 97.º

Atividades de Enriquecimento Curricular nos 2.º e 3.º ciclos / secundário – Projetos e Clubes

- 1- As Atividades de Enriquecimento Curricular constituem um conjunto de atividades não curriculares que se desenvolvem, predominantemente, para além do tempo letivo dos alunos e que são de frequência facultativa.
- 2- Em casos devidamente justificados, designadamente a realização de projetos pedagógicos especiais em determinadas áreas disciplinares, bem como sempre que ocorram interrupções na atividade letiva, podem as Atividades de Enriquecimento Curricular ser desenvolvidas dentro do tempo letivo.
- 3- As Atividades de Enriquecimento Curricular têm uma natureza eminentemente lúdica, cultural e formativa.
- 4- A fim de proporcionar e facilitar a formação integral e a realização pessoal do aluno, as Atividades de Enriquecimento Curricular a desenvolver são, designadamente:
 - a) De carácter desportivo;
 - b) De carácter artístico;
 - c) De carácter tecnológico;
 - d) De formação pluridimensional;
 - e) De solidariedade e voluntariado;
 - f) De ligação da escola com o meio;
 - g) De desenvolvimento da dimensão europeia na educação.
- 5- A organização das Atividades de Enriquecimento Curricular apresenta, como fator estruturante, um grupo nuclear, de livre designação, que pode integrar alunos, professores, associações de alunos, especialistas e outros membros da comunidade.
- 6- A proposta de projeto de cada grupo é apresentada ao Conselho Pedagógico e deve conter a indicação do responsável e a descrição da natureza e objetivos do projeto, da forma de organização interna, das atividades a desenvolver, do tempo semanal necessário, do número de participantes, dos recursos materiais e humanos necessários e das modalidades e momentos de avaliação das atividades.
- 7- O conjunto de projetos apresenta-se sob a forma de um programa que deve constituir parte integrante do Plano Anual de Atividades.

8- A iniciativa de realização dos projetos de Atividades de Enriquecimento Curricular pode partir de professores e alunos, dos órgãos de administração e gestão (administrativa e pedagógica) do Agrupamento.

9- Dentro de cada grupo, deve ser promovido um relacionamento informal entre os participantes que livremente se comprometem a desenvolver as atividades que constituem o projeto, assegurando a prossecução dos respetivos objetivos.

10- Cada grupo elabora o seu próprio regulamento interno com a participação dos seus membros.

11- A inscrição no grupo é livre e a sua frequência é regulada nos termos do respetivo regulamento.

12- O número de participantes de cada grupo deve ser definido em função do adequado desenvolvimento das atividades.

13- Compete aos professores envolvidos no mesmo projeto proceder:

- a) À estruturação do projeto a apresentar ao Conselho Pedagógico;
- b) À planificação das atividades previstas no projeto;
- c) Ao acompanhamento das ações;
- d) À avaliação dos resultados.

14- Compete ao responsável por cada grupo elaborar, anualmente, o relatório de avaliação a entregar ao Diretor, tendo em consideração a apreciação do trabalho realizado em função dos objetivos estabelecidos, e o grau de envolvimento e interesse manifestado pelos participantes na concretização das atividades.

SECÇÃO IV ***Atividades Conjuntas***

Artigo 98.º **Atividades Conjuntas**

1- No âmbito do Agrupamento, e como forma de fomentar a construção de percursos escolares integrados e a articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, podem ser implementados projetos de atividades com envolvimento conjunto de alunos e profissionais (docentes e não docentes) de todos ou de alguns dos diversos

estabelecimentos de educação e ensino que compõem o mesmo.

2- Os projetos referidos no ponto anterior devem privilegiar os seguintes domínios:

- a) As áreas de expressões (educação musical, plástica e/ou físico-motora);
- b) A sensibilização para as línguas estrangeiras em lecionação na Escola Básica e Secundária de Escariz;
- c) A sensibilização para a necessidade de preservação do meio ambiente e/ou do património;
- d) A sensibilização para a promoção da Saúde e para a Educação Sexual (projetos PES e PRESSE).

3- Em cada ano letivo, a implementação de um qualquer projeto de atividades conjuntas requer a sua aprovação prévia pelo Conselho Pedagógico, no final do ano letivo imediatamente anterior, cabendo a responsabilidade da sua elaboração e apresentação aos educadores e/ou professores envolvidos nas atividades que cada projeto visa dar lugar, nomeadamente no âmbito da celebração de protocolos entre a Câmara Municipal e pela Direção dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Norte (DGEsTE).

4- As atividades conjuntas que tais projetos farão surgir podem ser desenvolvidas em qualquer dos estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento, sempre durante o horário habitual de funcionamento dos mesmos, competindo aos educadores e/ou professores envolvidos a responsabilidade da sua programação e avaliação.

5- Sempre que dessas atividades conjuntas resulte necessária a deslocação dos alunos para alguns dos estabelecimentos de ensino do Agrupamento devem ser acautelados os transportes necessários, em colaboração com a autarquia local.

6- O número de horas semanais a ser utilizado na concretização de cada um desses projetos advirá do crédito global de horas que o Agrupamento dispõe para apoios educativos.

Artigo 99.º **Associação de Estudantes**

1- A Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Escariz rege-se segundo a Lei 23/2006, de 23 de junho.

SECÇÃO V ***Visitas de Estudo***

Artigo 100.º **Visitas de Estudo**

1- As visitas de estudo fazem parte do PAA do Agrupamento e devem ser encaradas como atividades letivas, competindo a análise das propostas apresentadas e a sua aprovação ao Conselho Pedagógico.

2- Goza de estatuto de professor acompanhante qualquer professor da turma, direta ou indiretamente ligado ao objetivo da visita, que nela participe com o intuito de apoiar o professor dinamizador na concretização da mesma, não podendo, salvo em casos devidamente autorizados pelo Diretor, o seu número ser superior a dois professores por turma.

5- O professor dinamizador da visita de estudo deve entregar ao Diretor, com quinze dias de antecedência, os seguintes documentos:

- a) A lista dos professores acompanhantes;
- b) A planificação onde constarão as finalidades e objetivos, bem como o seu carácter interdisciplinar e roteiro pormenorizado, destinado aos alunos, intervenientes em geral e encarregados de educação;
- c) Com a maior brevidade possível, a lista de alunos participantes.

6- Sendo as visitas de estudo consideradas como atividades letivas, para a contagem das aulas dadas, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) O professor dinamizador da atividade deve numerar e registar o sumário da(s) turma(s) que leva à visita;
- b) O mesmo professor deve, nas turmas que não participam na visita de estudo mas que teriam aulas com ele no período de tempo em que a visita está em decurso, numerar a aula, indicando, no espaço do sumário, o motivo pelo qual a aula não foi ministrada;
- c) Os professores que não participam na visita de estudo, mas que deveriam dar aulas à turma

envolvida na atividade, devem igualmente fazer o sumário e indicar o motivo pelo qual não deram a aula, que numeram;

d) Os professores acompanhantes também numeram as aulas que não foram dadas por se encontrarem envolvidos na visita, tanto as da turma que participa na atividade como as das turmas que permanecem na escola, devendo no espaço do sumário, indicar o motivo que deu origem a tal facto.

CAPÍTULO VII **Turmas e Avaliação de Alunos**

SECÇÃO I ***Constituição de Turmas/Critérios***

Artigo 101.º **Critérios de Constituição de Turmas**

1- A seriação dos alunos para todos os níveis de ensino respeita a legislação em vigor.

2- Na formação de turmas, atender-se-á às seguintes orientações:

a) Nos anos de início de ciclo:

2.1. manutenção do grupo-turma, salvo indicações em contrário emitidas pela escola de origem;

2.2. manutenção dos alunos com necessidades educativas especiais no grupo de origem;

2.3. equidade na distribuição por géneros;

2.4. distribuição equitativa e ponderada dos alunos retidos.

b) Nos outros anos:

2.5. continuidade do grupo-turma, salvo indicações em contrário devidamente justificadas pelo Conselho de Ano/Turma/encarregado de educação;

2.6. distribuição equilibrada e ponderada dos alunos retidos.

3. Para se proceder à mudança de turma de um aluno serão ouvidos os encarregados de educação e o Conselho Pedagógico, prevalecendo a decisão da escola, quando não houver acordo.

SECÇÃO II ***Avaliação***

Artigo 102.º
Avaliação dos Alunos

1- A avaliação dos alunos do ensino básico e secundário incide sobre o cumprimento das aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas áreas e disciplinas de cada ciclo, considerando a concretização das mesmas no Projeto Curricular de Agrupamento e plano turma, por ano de escolaridade.

2- A avaliação deve considerar os processos de aprendizagem, bem como o contexto em que a mesma se desenvolve, dando especial atenção à evolução do aluno ao longo do ensino básico e secundário e à promoção da sua autoconfiança e socialização.

3- Na Educação Pré-Escolar, a avaliação dos educandos será feita de acordo com os instrumentos e critérios definidos em Departamento do Pré-Escolar, no início de cada ano letivo, tendo em consideração as orientações curriculares e o aval do Conselho Pedagógico.

4- Nos três ciclos do ensino básico, as aprendizagens ligadas a componentes do currículo de carácter transversal ou de natureza instrumental, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa ou da utilização das tecnologias de informação e comunicação, constituem objeto de avaliação em todas as disciplinas e áreas curriculares.

5- No início de cada ano letivo, compete ao Conselho Pedagógico, de acordo com as orientações do currículo nacional, definir os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade, sob proposta dos departamentos curriculares, contemplando critérios de avaliação da componente prática e/ou experimental, de acordo com a natureza das disciplinas.

a) Os critérios de avaliação mencionados no ponto anterior constituem referenciais comuns, no interior do Agrupamento, sendo operacionalizados pelo professor titular da turma, no 1.º ciclo, e pelo Conselho de Turma, nos 2.º e 3.º ciclos e no ensino secundário, no âmbito do respetivo plano turma;

b) Compete ao Diretor garantir a divulgação destes critérios – mobilizando os departamentos

curriculares, os professores titulares e os diretores de turma - junto dos diversos intervenientes no processo, nomeadamente alunos e encarregados de educação.

6- O processo de avaliação é conduzido pelo professor ou equipa de professores responsáveis pela organização do ensino e da aprendizagem, envolvendo, também:

a) Os alunos, através da sua autoavaliação, a partir do 3.º ano de escolaridade;

b) O encarregado de educação, nos casos em que se considere pertinente e importante ouvi-los quanto ao processo de desenvolvimento socioafetivo e educativo dos respetivos educandos;

c) Os técnicos dos serviços especializados de apoio educativo, outros docentes implicados no processo de aprendizagem dos alunos e os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência, quando tal se justifique.

7- Enquanto elemento integrante e regulador da prática letiva, a avaliação tem carácter sistemático e contínuo, permitindo:

a) Apoiar o processo educativo, de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento dos Projetos Curriculares de Agrupamento e de turma, nomeadamente quanto à seleção de metodologias e recursos, em função das necessidades educativas dos alunos;

b) Orientar a intervenção do professor na sua relação com os alunos, com os outros professores e os encarregados de educação;

c) Auxiliar os alunos a formular, ou reformular, decisões que possam influenciar positivamente a promoção e consolidação do seu processo educativo;

d) Certificar as competências adquiridas pelos alunos no final de cada ciclo e à saída do ensino básico e/ou secundário;

e) Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento, através da introdução de alterações curriculares ou de outros procedimentos que se afigurem necessários, e promovendo, deste modo, uma maior confiança social no seu funcionamento.

8- Na globalidade dos ciclos de ensino, distinguem-se as seguintes modalidades de avaliação:

- a) Avaliação formativa;
- b) Avaliação sumativa interna;
- c) Avaliação sumativa externa (provas finais de 1.º, 2.º e 3.º ciclos; e exames nacionais do ensino secundário);
- d) Provas de equivalência à frequência do 1.º, 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário).

9- As modalidades de avaliação referidas no ponto anterior devem harmonizar-se de modo a contribuírem para o sucesso educativo dos alunos e para a qualidade do sistema educativo.

Artigo 103.º **Avaliação Diagnóstica**

1- Esta modalidade de avaliação está consignada no ponto 2, Artigo 24.º do Decreto-Lei n.º139/2012, de 5 de julho.

Artigo 104.º **Avaliação Formativa**

1- A avaliação formativa é efetuada de acordo com o ponto 3, Artigo 24.º do supracitado Decreto-Lei.

2- Ao longo do ano letivo, no processo de avaliação do aluno, a terminologia a utilizar na classificação das provas de avaliação formativa, em função das percentagens obtidas, é a seguinte:

1.º 2.º e 3.º Ciclos	Secundário
0%-19% - Fraco	Quantitativa
20%-49% - Insuficiente	
50%-69% - Suficiente	
70%-89% - Bom	
90%-100% - Muito Bom	

- a) A terminologia adotada deve ser integralmente escrita por extenso, nas provas do aluno;
- b) A percentagem obtida, nas provas de avaliação, não deve ser registada nas mesmas ou dada a conhecer aos alunos de outra forma;
- c) No ensino secundário, a classificação das provas de avaliação formativa é expressa

quantitativamente na escala de zero a vinte valores.

Artigo 105.º **Avaliação Sumativa Interna**

1- A avaliação sumativa interna realiza-se ao abrigo do Artigo 8.º do Despacho Normativo n.º24-A/2012, assim como segundo o ponto 4, do Artigo 24.º do Decreto-Lei n.º139/2012, de 5 de julho.

2- A avaliação sumativa interna, no final do 3.º ciclo, implica:

- a) A apreciação global das aprendizagens realizadas pelo aluno ao longo do ano letivo é traduzida nos termos do Artigo 8.º do Despacho Normativo n.º 24-A/2012, bem como nos termos dos Artigos 10.º e 11.º da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto;
- b) A verificação das condições de admissão às provas finais de 1.º, 2.º e 3.º ciclos, exames nacionais do ensino secundário, e provas de equivalência à frequência do 6.º, 9.º, 11.º e 12.º anos.

Artigo 106.º **Medidas de promoção do sucesso escolar**

1 — No âmbito da sua autonomia, devem ser adotadas pelo Agrupamento medidas de promoção do sucesso escolar, definindo-se, sempre que necessário, planos de atividades de acompanhamento pedagógico orientados para a turma ou individualizados, com as medidas adequadas à resolução das dificuldades dos alunos, de acordo com o previsto no Artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

Artigo 107.º **Avaliação Sumativa Externa**

1- A avaliação sumativa externa é da responsabilidade dos serviços centrais do Ministério da Educação e Ciência e compreende a realização de provas finais de ciclo nos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade, nas disciplinas de:

- a) Português e Matemática;
- b) Português Língua Não Materna (PLNM) e Matemática, para os alunos que tenham

concluído o nível de proficiência linguística de iniciação (A2) ou o nível intermédio (B1), no 2.º e 3.º ciclos.

2- As finalidades desta modalidade de avaliação, as condições de admissão à realização das provas, bem como a sua distribuição por fases estão definidas no Artigo 10.º do Despacho Normativo n.º 24-A/2012.

3- Para os alunos do ensino secundário, a avaliação sumativa externa desenvolve-se ao abrigo dos pontos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 do Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

Artigo 108.º

Efeitos da Avaliação Sumativa

1- Os efeitos desta modalidade avaliativa são os seguintes:

- a) os que constam do Artigo 12.º do Despacho Normativo n.º 24-A/2012;
- b) os que estão acautelados nos Artigos 10.º e 11.º da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

Artigo 109.º

Condições de aprovação, transição e progressão

1- No 1.º ano de escolaridade só excecionalmente há lugar a retenção.

2- Todos os alunos dos 2.º e 3.º anos do 1.º ciclo do ensino básico que tenham uma classificação final não inferior a “Satisfaz” em Português e em Matemática progridem de ano.

3- A avaliação dos alunos dos 2.º e 3.º anos que apresentem níveis de desempenho de “Insuficiente” em Português ou Matemática deve ser sempre alvo de ponderação pelo professor titular de turma e a sua progressão ou retenção deve ter em conta, entre outros, os seguintes aspetos:

- a) conhecimentos adquiridos no âmbito do Português e da Matemática, de acordo com as metas definidas para o respetivo ano de escolaridade;
- b) comportamento, assiduidade, atitudes, relacionamento com os outros, sentido de responsabilidade, capacidade de organização e autonomia;

c) distanciamento do nível de consecução das metas definidas para o final do ano de escolaridade;

d) número de retenções no ciclo / idade;

e) condições socioculturais.

4- A avaliação sumativa interna dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno expressa através das menções, respetivamente, de Transitou ou de Não Transitou, no final dos 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 7.º e 8.º anos.

5- Nos 5.º, 7.º e 8.º anos considera-se que o aluno não se encontra no nível desejado para transitar quando apresenta 4 ou mais níveis inferiores a três, ou níveis inferiores a três nas disciplinas de Português e de Matemática, podendo o Conselho de Turma, no entanto, deliberar a progressão do aluno, explicitando em ata os seus fundamentos.

6- A decisão de progressão deve ser tomada quando se verificar que o aluno demonstra ter competências para adquirir os conhecimentos e desenvolver as capacidades essenciais até ao final de ciclo.

7- Nos anos terminais de ciclo (4.º, 6.º e 9.º anos), os alunos estão sujeitos a uma prova final nacional, da responsabilidade do Ministério de Educação e Ciência.

8- No final do 1.º ciclo do ensino básico, após a realização das provas finais nacionais do 4.º ano, o aluno não progride, e obtém a menção de Não Aprovado, se:

- a) tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas áreas disciplinares de Português (ou PLNM) e de Matemática;
- b) tiver obtido classificação inferior a 3 em Português (ou PLNM) ou em Matemática e simultaneamente menção não satisfatória nas outras áreas disciplinares (Estudo do Meio e Expressões).

9- A admissão à prova final nacional processa-se de acordo com o seguinte:

- a) São admitidos aos exames nacionais do 9.º ano, todos os alunos exceto os que obtiverem:
 - Classificação de frequência com nível 1 simultaneamente a Português e a Matemática;
 - Classificação de frequência inferior a 3 em três disciplinas,
- i) e que nenhuma delas seja Português ou Matemática;

ii) e apenas uma delas seja Português ou Matemática, com nível 1;

c) Classificação de frequência inferior a 3 em quatro disciplinas em que duas delas sejam Português e Matemática com nível 1, numa delas.

10- No final do 6.º e 9.º anos, após a realização das provas finais nacionais, o aluno não progride, e obtém a menção de Não Aprovado, se:

a) tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas áreas disciplinares de Português (ou PLNM) e de Matemática;

b) tiver obtido classificação inferior a três em 3 ou mais disciplinas.

11- Nos 4.º, 6.º e 9.º anos, o aluno só se considera aprovado, após realização das provas finais de exame.

12- Em anos terminais de ciclo, os alunos retidos no final do 3.º período podem candidatar-se a provas de equivalência à frequência, com vista a uma certificação de conclusão de ciclo.

Artigo 110.º

Reapreciação dos Resultados da Avaliação Sumativa

1- A reapreciação dos resultados da avaliação sumativa obedece ao consignado no Artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 24-A/2012, para o ensino básico e para o ensino secundário, o mesmo é o que está registado no Artigo 21.º da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

Artigo 111.º

Adequações no Processo de Avaliação

1- Os alunos abrangidos pela modalidade de educação especial serão avaliados, salvo o disposto no número seguinte, de acordo com o regime de avaliação definido no Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro.

2- Os alunos que tenham, no seu programa educativo individual, devidamente explicitadas e fundamentadas, condições de avaliação próprias, decorrentes da aplicação da medida educativa “adequações no processo de avaliação”, serão avaliados nos termos definidos no referido programa.

3- O programa educativo individual dos alunos que se encontram na situação referida no ponto

anterior constitui a referência de base para a tomada de decisão relativa à sua progressão ou retenção num ano ou ciclo de escolaridade, bem como para a tomada de decisão relativa à atribuição do diploma de ensino básico.

Artigo 112.º

Situação Especial de Classificação

1- Os casos de situação especial de classificação, para o ensino básico, estão definidos no Artigo 26.º do Despacho Normativo n.º 24-A/2012 e, para o ensino secundário, no Artigo 17.º da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

Artigo 113.º

Intervenientes na avaliação

1- São intervenientes no processo de avaliação:

- Professor da turma;
- Conselhos de turma / grupos disciplinares / departamentos curriculares;
- Aluno, através da sua autoavaliação;
- Encarregados de educação;
- Técnicos dos Serviços Especializados de Apoio Educativo;
- Outros docentes implicados no processo de aprendizagem dos alunos.

Artigo 114.º

Normas do Processo de Avaliação

1- Não deve ser marcado mais de um teste por dia nem mais de três por semana e, sempre que possível, deve ser elaborado um calendário com o conjunto dos testes da turma nas reuniões dos Conselhos de Turma/Conselho de Ano.

2- O professor deve entregar os testes e sua classificação ao aluno dentro do mesmo período letivo e sempre antes de ser realizado outro teste. O mesmo deve ocorrer com qualquer outro tipo de trabalho.

3- No ensino básico, as classificações obtidas nos testes ou noutro tipo de trabalho são mencionadas de forma qualitativa. No ensino secundário deve traduzir-se quantitativamente e os alunos devem ter conhecimento das respetivas cotações.

4- Cada professor do Conselho de Turma deve entregar ao diretor de turma, pelo menos uma vez a meio do período, informações intercalares proporcionando ao encarregado de educação uma informação atualizada da situação do seu educando. No 1.º Ciclo não há lugar a avaliação intercalar.

5- A participação dos alunos na avaliação faz-se, pelo menos uma vez no final de cada período, em diálogo/reflexão com o professor e os colegas, podendo ser preenchida uma ficha de autoavaliação.

6- Os pais e encarregados de educação participam na avaliação dos seus educandos, dialogando com regularidade com o professor titular/diretor de turma, permitindo um conhecimento individualizado e personalizado do aluno, conferindo, assim, maior eficácia ao ato educativo.

7- Os pais e encarregados de educação são convocados, caso se verifique que o aluno requer um ensino especializado ou todas as vezes que o Conselho de Turma registar, em ata, a necessidade da sua presença.

8- A entrega da avaliação sumativa interna aos encarregados de educação realiza-se, em reunião com o professor titular/diretor de turma, no final de cada período, salvo em situações de impossibilidade de calendário. No 3.º período, a entrega será definida, anualmente, de acordo com o calendário escolar.

9- As propostas de alteração das fichas de avaliação intercalar, em vigor no Agrupamento, serão objeto de ratificação pelo Conselho Pedagógico.

10- Qualquer situação excecional deve ser apresentada ao coordenador de diretores de turma/diretor de turma.

1- Os direitos dos alunos são os definidos na Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 3/2008, de 18 de janeiro e as novas alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.

2- São ainda direitos dos alunos:

- a) Utilizar as instalações e serviços que lhes são destinados e outros, com a devida autorização;
- b) Ver respeitado o seu lugar na fila de atendimento dos vários serviços;
- c) Ter refeições de valor nutritivo equilibrado e em quantidade suficiente.
- d) Ter acesso ao regulamento Interno, quando inicia a frequência da escola e sempre que o regulamento seja objeto de alteração;
- e) Conhecer e respeitar ativamente os valores e os princípios fundamentais inscritos na Constituição da República Portuguesa, a Bandeira e o Hino, enquanto símbolos nacionais, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia;
- f) Participar ativamente nas aulas, partilhando os saberes, expondo as suas experiências, dúvidas e perspetivas;
- g) Poder assistir às aulas quando chegar atrasado, ainda que tenha falta, salvaguardando os casos de reincidência comprovada;
- h) Receber os trabalhos escolares, em particular as provas de avaliação, devidamente corrigidos e, em tempo oportuno;
- i) Receber apoio do diretor de turma na resolução dos seus problemas escolares e pessoais;
- j) Receber os elementos que lhe permitam proceder à autoavaliação ao longo do ano escolar e participar na análise dos elementos de avaliação;
- k) Ser titular do cartão magnético em uso na escola sede;
- l) Requisitar um cacifo, nas condições estabelecidas pela escola sede, pelo prazo de um ano letivo;
- m) Contribuir para a avaliação do desempenho da unidade de gestão, apresentando críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola e ser ouvido pelos professores, diretores de turma e órgãos de administração e gestão da escola em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse.

CAPÍTULO VIII

Direitos e Deveres

SECÇÃO I

Alunos

Artigo 115.º

Direitos dos alunos

3- A fruição dos direitos consagrados nas suas alíneas g), h) e r) do n.º 1, do Artigo 7.º, da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro pode ser, no todo ou em parte, temporariamente vedada, em consequência de medida disciplinar corretiva ou sancionatória aplicada ao aluno, nos termos previstos no presente Estatuto.

Artigo 116.º **Prémios de mérito**

1- Para efeitos do disposto na alínea h) do Artigo 7.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, prevê-se prémios de mérito destinados a distinguir alunos que, em cada ciclo de escolaridade, preenchem um ou mais dos seguintes requisitos:

- a) Revelem atitudes exemplares de superação das suas dificuldades;
- b) Alcancem excelentes resultados escolares;
- c) Produzam trabalhos académicos de excelência ou realizem atividades curriculares ou de complemento curricular de relevância;
- d) Desenvolvam iniciativas ou ações de reconhecida relevância social.

2- Os prémios de mérito devem ter natureza simbólica ou material, podendo ter uma natureza financeira desde que, comprovadamente, auxiliem a continuação do percurso escolar do aluno.

3- Cada escola pode procurar estabelecer parcerias com entidades ou organizações da comunidade educativa no sentido de garantir os fundos necessários ao financiamento dos prémios de mérito.

Artigo 117.º **Deveres dos alunos**

1- Para além dos deveres que lhe são atribuídos ao abrigo da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, devem ainda:

- a) Seguir as orientações dos professores e assistentes operacionais, em caso de extrema ausência de cuidados de higiene, particularmente nas situações em que se verificar a presença de parasitas que põem em causa a higiene dos restantes elementos da comunidade educativa;
- b) Respeitar o exercício do direito à educação e ensino dos outros alunos;

c) Aguardar, junto à porta da sala de aula, pelo professor e afastar-se das salas de aula durante o seu funcionamento;

d) Trazer sempre consigo o cartão e a caderneta do aluno de acordo com o previsto na legislação; cobrir os custos necessários para a aquisição de uma 2.ª via do cartão magnético, em caso de extravio, furto ou danos;

e) Levar para a aula os livros e outro material indispensável, bem como aquele que tenha sido solicitado pelo professor;

f) Assegurar a conservação dos manuais escolares facultados pelo empréstimo;

g) Assistir à aula, mesmo quando chegar atrasado, ainda que tenha falta;

h) Intervir nas aulas de forma oportuna e ordenada;

i) Não comer nem mascar pastilha elástica nas aulas;

j) É expressamente proibido o uso do telemóvel na sala de aula e bibliotecas escolares sob pena de apreensão do mesmo por parte dos professores. Os telemóveis também não podem ser usados para captar imagens dentro dos espaços escolares sem a prévia autorização dos agentes educativos;

k) Não usar boné dentro da sala de aulas, cantina, biblioteca, órgão diretivo e serviços administrativos;

l) Não afixar cartazes ou comunicados, sem a prévia autorização do Diretor, que para o efeito autorizará a afixação e destinará o local apropriado;

m) Respeitar os cartazes e ler com atenção os avisos afixados nos locais apropriados;

n) Não usar corretor nos testes;

o) Não jogar à bola, exceto no campo de jogos;

p) Não subir aos telhados ou às árvores, nem para recuperar objetos. O aluno deve comunicar o facto ao funcionário, que resolverá a situação;

q) Informar o pessoal docente ou não docente sobre qualquer anomalia de que tenha conhecimento;

r) Zelar pela manutenção e segurança do cacifo atribuído; abrir o seu cacifo para verificação, sempre que o diretor assim o entenda; não utilizar autocolantes ou qualquer placa de identificação na porta exterior do cacifo;

- s) Comunicar, no próprio dia, ao pessoal docente ou não docente em caso de acidente no recinto escolar ou fora deste desde que em atividades escolares;
- t) Os alunos deverão fazer participações disciplinares em vez de tentarem resolver os problemas pelos próprios meios;
- u) O aluno tem o dever de conhecer e respeitar ativamente os valores e os princípios fundamentais inscritos na Constituição da República Portuguesa, a Bandeira e o Hino, enquanto símbolos nacionais, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia;
- v) Conhecer e cumprir o Estatuto do Aluno, as normas de funcionamento dos serviços da escola e o Regulamento Interno da mesma, subscrevendo declaração anual da aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral.

Artigo 118.º **Representação dos alunos**

- 1- Os alunos podem reunir-se em Assembleia de Alunos ou Assembleia Geral de Alunos e são representados pela Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Escariz, pelo delegado ou subdelegado de turma e pela assembleia de delegados de turma, nos termos da lei.
- 2- Os direitos das associações de estudantes e/ou dos representantes dos alunos (delegado e subdelegado de turma), a sua elegibilidade e a sua orgânica estão salvaguardados no Artigo 8.º do Estatuto do Aluno e Ética Escolar (EAEA).

Artigo 119.º **Frequência e assiduidade**

- 1- O dever de frequência e assiduidade está consignado no Artigo 13.º do supracitado Estatuto.
- 2- Sem prejuízo do disposto no EAEA, as normas a adotar no controlo de assiduidade, da justificação de faltas e da sua comunicação aos Pais ou ao Encarregado de Educação constam do mesmo estatuto, designadamente nos Artigos 14.º e 16.º.

Artigo 120.º **Faltas**

- 1- A definição de falta e sua natureza estão consagradas do Artigo 14.º do EAEA.

Artigo 121.º **Dispensa da atividade física**

- 1- O aluno pode ser temporariamente dispensado das atividades físicas ao abrigo no Artigo 15.º do EAEA.

Artigo 122.º **Justificação de Faltas**

- 1- São justificadas as faltas dadas pelos motivos elencados da alínea de a) a o) do n.º 1 do Artigo 16.º do EAEA.
- 2- A justificação das faltas, assim como os procedimentos a ter obedecem ao consignado nos pontos 2, 3, 4 e 5 do supracitado Artigo do EAEA.
- 3- Nas situações de ausência justificada às atividades escolares, o aluno tem o direito a beneficiar de medidas, a definir pelos professores responsáveis e/ou pela escola, tais como:
 - a) fichas de recuperação;
 - b) aulas de apoio educativo;
 - c) tutorias;
 - d) acompanhamento ao estudo, bem como outras medidas educativas a implementar no decurso do ano letivo seguinte e adequadas à recuperação das aprendizagens em falta.
- 4- As medidas explicitadas no ponto anterior serão aplicadas após o regresso do aluno.

Artigo 123.º **Faltas injustificadas**

- 1- As faltas injustificadas ocorrem nas circunstâncias mencionadas nas alíneas a), b), c) e d) no ponto 1, do Artigo 17.º do referido Estatuto.
- 2- A não aceitação da justificação da falta apresentada deve ser fundamentada de forma sintética.
- 3- As faltas injustificadas são comunicadas aos pais ou encarregados de educação, ou ao aluno

maior de idade, pelo diretor de turma ou pelo professor titular de turma, no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito.

Artigo n.º124 **Excesso grave de faltas**

1- Em cada ano letivo as faltas injustificadas não podem exceder:

- a) 10 dias, seguidos ou interpolados, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico;
- b) o dobro do número de tempos letivos semanais por disciplina nos restantes ciclos ou níveis de ensino, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2- Quando for atingido metade dos limites de faltas previstos nos números anteriores, os pais ou o encarregado de educação ou o aluno maior de idade são convocados à escola, pelo meio mais expedito, pelo diretor de turma ou pelo professor que desempenhe funções equiparadas ou pelo professor titular de turma.

3- A notificação referida no número anterior tem como objetivo alertar para as consequências da violação do limite de faltas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efetivo do dever de assiduidade.

4- Caso se revele impraticável o referido nos números anteriores, por motivos não imputáveis à escola, e sempre que a gravidade especial da situação o justifique, a respetiva Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco deve ser informada de excesso de faltas do aluno menor de idade, assim como dos procedimentos e diligências até então adotados pela escola e pelos encarregados de educação, procurando em conjunto soluções para ultrapassar a sua falta de assiduidade.

Artigo 125.º **Efeitos da ultrapassagem do limite de faltas injustificadas**

1- A ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas previstos no Artigo anterior constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e obriga o aluno faltoso ao cumprimento de medidas de recuperação e/ou corretivas específicas, de acordo com o

estabelecido nos artigos seguintes, podendo ainda conduzir à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias, nos termos do Estatuto.

2- A ultrapassagem por faltas injustificadas, em cada ano letivo de 10 dias, seguidos ou interpolados, no 1.º ciclo e o dobro do número de sessões semanais relativamente às atividades de apoio ou complementares de inscrição ou de frequência facultativa implica a imediata exclusão do aluno das atividades em causa.

3- Todas as situações, atividades, medidas ou suas consequências previstas neste artigo são obrigatoriamente comunicadas, pelo meio mais expedito, aos pais ou encarregados de educação ou ao aluno, quando maior de idade, ao diretor de turma e ao professor tutor do aluno, sempre que designado, e registadas no processo individual do aluno.

Artigo 126.º **Medidas de recuperação e de integração**

1- Para os alunos menores de 16 anos, independentemente da modalidade de ensino frequentada, a violação dos limites de faltas previstos no artigo anterior pode obrigar ao cumprimento de atividades definidas neste RI, que permitam recuperar atrasos na aprendizagem e a sua integração escolar e comunitária, implicando a corresponsabilização dos pais e encarregados de educação.

2- As atividades de recuperação da aprendizagem, quando a elas houver lugar, são decididas pelo professor titular da turma ou pelos professores das disciplinas em que foi ultrapassado o limite de faltas, as quais privilegiarão a simplicidade e a eficácia.

3- As atividades de recuperação da aprendizagem previstas no número anterior devem ser aplicadas de acordo com os seguintes procedimentos:

- a) O diretor de turma/titular da turma comunica a situação ao professor da disciplina que deverá entregar ao diretor de turma, nos 5 dias úteis subsequentes à comunicação, a planificação das atividades de recuperação da aprendizagem a aplicar ao aluno;
- b) Informa o encarregado de educação e o aluno ou o aluno quando maior de idade sobre a

realização das atividades de recuperação da aprendizagem: calendarização e local de realização, assim como da sua modalidade e conteúdos a avaliar.

4- O cumprimento das atividades de recuperação da aprendizagem por parte do aluno realiza-se em período suplementar ao horário letivo e em espaço escolar, preferencialmente, na sala de estudo ou numa das bibliotecas escolares com registo de presença e com a supervisão de um docente ou, na sua ausência, de um assistente operacional.

5- As atividades de recuperação da aprendizagem poderão ter vários formatos, como:

- a) Trabalhos de pesquisa;
- b) Fichas de trabalho de revisão e de consolidação;
- c) Trabalhos práticos;
- d) Exercícios de oralidade entre outros.

6- A sua duração não poderá ultrapassar o número de blocos letivos semanais de cada disciplina que a integra.

7- O previsto no número anterior não isenta o aluno da obrigação de cumprir o horário letivo da turma em que se encontra inserido.

8- A ausência do aluno, de forma injustificada, à atividade de recuperação da aprendizagem à disciplina visada e/ou às horas de formação do módulo, no caso do ensino profissional, conduz, de imediato ao cessamento do cumprimento da medida tendo como consequências o previsto na lei e neste Regulamento Interno.

SUB-SECÇÃO I **Disciplina**

Artigo 127.º **Infração Disciplinar**

A violação pelo aluno de algum dos deveres previstos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar, em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das atividades das escolas ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração disciplinar, a qual pode levar à aplicação de medida disciplinar.

Artigo 128.º **Medidas corretivas**

1- As medidas corretivas prosseguem finalidades pedagógicas, dissuasoras e de integração e revestem os seguintes aspetos:

a) Advertência: “A advertência consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno, perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, com vista a alertá-lo para que deve evitar tal tipo de conduta e a responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres como aluno” (n.º 3 do Artigo 26.º do Estatuto do Aluno e Ética Escolar);

b) Ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolve o trabalho escolar:

- o aluno que recebe ordem de saída da sala de aula será encaminhado para a Biblioteca Escolar /Sala de Estudo ou para o local definido pelo docente, com tarefa a realizar, proposta e posteriormente avaliada pelo professor. O docente será responsável, no final do tempo letivo, pela verificação do cumprimento da medida;

- a ordem de saída da sala de aula determina a marcação de falta injustificada e comunicada ao professor titular de turma ou diretor de turma, através dum relato de ocorrência;

- em caso de reincidência, 3.ª vez com o mesmo docente ou 5.ª situação, independentemente do docente, o professor titular de turma ou diretor de turma deve providenciar a marcação de um Conselho de Turma/Conselho de Ano, para análise da situação e aplicação de medidas que visem a correção do comportamento do aluno, que podem incluir o encaminhamento para os serviços especializados de apoio educativo e/ou CPCJ.

c) Atividades de integração:

- as atividades de integração na comunidade educativa devem ser ponderadas pelo docente titular de turma ou diretor de turma que, analisando a gravidade da falta cometida e a personalidade do aluno, proporá, ao Diretor do Agrupamento, a medida mais adequada à retificação do comportamento e à sua integração na comunidade;

d) a proposta deve referir, a medida e o local e a data de realização. A medida proposta deve ser, sempre que possível, relacionada com a falta

cometida, visando o mais possível a reparação do dano;

e) O cumprimento desta medida realiza-se em período suplementar ao horário letivo, no espaço escolar ou fora dele, neste caso com acompanhamento dos pais ou encarregados de educação ou de entidade local;

f) Podem ser atividades de integração:

- a colaboração em diversos serviços da escola (apoio aos setores, limpeza, pequenas reparações e jardinagem);

- a realização/preparação de atividades que beneficiem a turma (criação de recursos pedagógicos...);

- a realização de trabalhos de índole pedagógica e de reforço da formação cívica;

- a execução de serviço cívico através de parcerias estabelecidas com entidades locais;

g) A realização destas atividades deverá ter sempre o acompanhamento de um docente, ou de um não docente, sendo o docente titular de turma ou diretor de turma responsável pela verificação da sua execução.

Artigo 129.º

Medidas disciplinares sancionatórias — Procedimento

1- As medidas que traduzem uma censura disciplinar do comportamento assumido pelo aluno, de acordo com o Artigo 28.º do Estatuto do Aluno, são:

a) repreensão registada;

b) suspensão até 3 dias úteis;

c) suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis;

d) transferência de escola;

e) expulsão da escola.

2- A aplicação das medidas previstas nas alíneas a) e b) são da competência, respetivamente, do professor e do Diretor.

3. A aplicação das medidas previstas nas alíneas c); d) e e) obriga à instrução de procedimento disciplinar, de acordo com o definido no Artigo 30.º do EAEA.

Artigo 130.º

Efeitos das faltas decorrentes de ação disciplinar

1- Todas estas faltas devem constar dos registos próprios em vigor no Agrupamento.

2- A retenção do aluno devido à aplicação da suspensão carece de ratificação do Conselho Pedagógico.

Artigo 131.º

Qualificação do comportamento

1- A qualificação do comportamento para aplicação de medida corretiva ou disciplinar será sempre feita considerando a gravidade do incumprimento do dever violado, a idade do aluno, o grau de culpa, o seu aproveitamento escolar anterior, o meio familiar e social em que o mesmo se insere, os seus antecedentes disciplinares e todas as demais circunstâncias em que a infração foi praticada e que possam constituir atenuantes ou agravantes.

2- Com o objetivo de uniformizar o mais possível os critérios de apreciação e de julgamento, são indicadores de faltas:

a) Graves:

- a danificação intencional das instalações do Agrupamento ou de bens pertencentes a elementos da comunidade educativa;

- a violação dos deveres de respeito e correção nas relações com os elementos da comunidade educativa;

- o desrespeito pelo direito à educação e ensino dos restantes alunos, nomeadamente através da perturbação do normal funcionamento das atividades escolares;

- a insubordinação face a orientações do pessoal docente e não docente;

b) Muito graves:

- A danificação intencional das instalações do Agrupamento ou de bens pertencentes a elementos da comunidade educativa, perpetrada com violência ou de que resulte elevado prejuízo;

- A apropriação ilícita de bens;

- A violação intencional dos deveres de respeito e correção nas relações com os elementos da comunidade educativa;

- O desrespeito sistemático pelo direito à educação e ensino dos restantes alunos;

- A agressão física a qualquer elemento da comunidade educativa;

- O desrespeito pelas alíneas p) do Artigo 10.º do EAEA (“Não possuir e não consumir substâncias

aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas, nem promover qualquer forma de tráfico, facilitação e consumo das mesmas.”);

- A reincidência do desrespeito pela alínea q) do mesmo Artigo (“Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos, instrumentos ou engenhos, passíveis de, objetivamente, perturbarem o normal funcionamento das atividades letivas ou poderem causar danos físicos ou psicológicos aos alunos ou a terceiros.”);

- A reincidência e acumulação de infrações disciplinares.

SECÇÃO II ***Pessoal Docente***

Artigo 132.º **Direitos e Deveres**

1- Os Direitos e os Deveres do pessoal docente são os do Estatuto da Carreira Docente (E.C.D.), e os descritos na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em funções públicas.

SECÇÃO III ***Pessoal não Docente***

Artigo 133.º **Direitos/Deveres do Pessoal Administrativo** **(Assistentes Técnicos)**

1- São direitos/deveres do pessoal administrativo os contemplados na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em funções públicas.

2- Assessorialmente, é ainda um dever registar diariamente a presença utilizando o cartão eletrónico.

Artigo 134.º **Reuniões**

1- O pessoal administrativo reunir-se-á na terceira sexta-feira de cada mês durante o período da tarde.

2- O referido pessoal poderá ainda reunir-se, por convocatória do Diretor ou por solicitação do chefe de serviços de administração escolar, sempre que necessário.

Artigo 135.º **Direitos/Deveres dos Assistentes Operacionais**

1- São direitos/deveres dos assistentes operacionais os contemplados na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em funções públicas.

2- São ainda deveres:

a) Registar o início e final de cada período de trabalho, utilizando o cartão eletrónico de funcionário;

b) Andar devidamente identificado e usar bata.

Artigo 136.º **Responsabilidade**

1- Os assistentes operacionais estão na direta dependência do Diretor, que exerce sobre eles poderes de direção, atribuindo-lhe tarefas, orientadas por um coordenador, e poderes disciplinares.

2- Aos assistentes operacionais porque detêm uma importante ação educativa e porque, também, deles depende, em grande medida, o estado de conservação, arrumação e limpeza de todo o recinto escolar, e ainda porque a primeira imagem que se forma no espírito do público é a que resulta do contacto com os mesmos, exige-se-lhes asseio, apuro, uma conduta exemplar, bom trato e uma entrega plena à sua função, devendo, em contrapartida, ser-lhes dadas condições e facultados apoios.

SECÇÃO IV ***Associação de Pais e Encarregados de Educação***

Artigo 137.º **Associação de Pais e Encarregados de Educação**

1- A Associação de Pais e Encarregados de Educação é um organismo autónomo que se rege por estatuto e regulamento próprios e que visa a defesa e promoção dos interesses dos seus associados e não associados, em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e/ou educandos.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais

Artigo 138.º

Disposições Finais

1- A inobservância dos preceitos reguladores da vida do Agrupamento, em geral, e deste Regulamento, em particular, implica sanções a estabelecer em conformidade com as disposições legais vigentes.

2- Toda a situação omissa neste Regulamento deve, caso o justifique, ser resolvida em tempo oportuno pelo Diretor e/ou pelo Conselho Geral e/ou pelo Conselho Pedagógico, de acordo com as suas competências e sem prejuízo da legislação em vigor.

3- O presente Regulamento entrará em vigor no dia seguinte à sua aprovação pelo Conselho Geral, sendo dado a conhecer a toda a comunidade escolar pelo meio mais expedito, devendo o Diretor informar todos os interessados, vinculando todos quantos se constituem como membros da referida comunidade.

Escariz, revisto e aprovado pelo Conselho Geral no dia 22 de janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Geral,

Fernando António de Castro Gonçalves

ANEXO I - Caderno Legislativo

I- Avaliação, autonomia e gestão das escolas

Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e prevê a existência de postos de trabalho com a categoria de encarregado operacional da carreira de assistente operacional nos mapas de pessoal dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho

Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro

Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 115/97, de 19 de setembro

Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).

Decreto-Lei n.º 97/2003, de 15 de janeiro

Regula as competências, composição e funcionamento dos conselhos municipais de educação.

Despacho n.º 18064/2010

Fixa o número de adjuntos dos diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Revoga o despacho n.º 9745/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 69, de 8 de abril.

Despacho n.º 9509/2012, Diário da República, 2.ª série, n.º 135, de 13 de julho

Sobre o reforço do crédito horário destinado à constituição de assessorias de apoio à direção dos agrupamentos, nos termos do Artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 75/2008.

Decreto-Regulamentar n.º 5/2010, de 24 de dezembro

Suplemento remuneratório pelo exercício de função de Diretor, de Subdiretor e de Adjunto do Diretor de agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

Despacho n.º 16551/2009

Fixação dos critérios a observar na constituição e dotação das assessorias técnico-pedagógicas para apoio à atividade do cargo de Diretor dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Despacho n.º 9744/2009

Reduções da componente letiva pelo exercício dos cargos previstos no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril.

Portaria n.º 604/2008

Define as regras a observar no procedimento concursal prévio à eleição do Diretor, nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril.

Decreto-Lei n.º 75/2008

Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Decreto-Regulamentar 10/99, de 21 de julho.

Regulamenta o regime de autonomia, administração e gestão aplicável aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, estabelecendo as competências das estruturas de orientação educativa, bem como o regime de coordenação das mesmas estruturas.

Decreto-Lei n.º 7/2001

Aprova a revisão curricular do ensino secundário.

Decreto-Lei n.º 6/2001

Aprova a reorganização curricular do ensino básico.

Decreto-Lei n.º 18/2011

Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 209/2002, de 17 de outubro, 396/2007, de 31 de

dezembro, e 3/2008, de 7 de janeiro, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.

II- Bibliotecas Escolares

Portaria n.º 756/2009, de 14 de julho

Estabelece:

- a) As regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário nos agrupamentos ou escolas não agrupadas, assim como o modo de designação de docentes que constituem a equipa da biblioteca escolar;
- b) As regras concursais aplicáveis às situações em que se verifique a inexistência, no agrupamento de escolas ou nas escolas não agrupadas, de docentes a serem designados para as funções de professor bibliotecário, nos termos da alínea anterior;
- c) As regras de designação de docentes para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares.

A portaria define, ainda, as competências do professor bibliotecário e da equipa de apoio.

Portaria n.º 558/2010, de 22 de julho

Confere uma nova redação ao anexo I da Portaria n.º 756/2009, de 14 de julho.

Altera o anexo I à Portaria n.º 756/2009, de 14 de julho, que estabelece as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário e para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares.

Portaria n.º 76/2011, de 15 de fevereiro

Reformula a redação do Artigo 2.º da Portaria n.º 756/2009, de 14 de julho.

III- Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e de Enriquecimento Curricular (AEC)

Despacho n.º 9265-B/2013

Aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcionem a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico e define as normas a observar no período de

funcionamento dos respetivos estabelecimentos, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).

Despacho normativo n.º 7/2013

O presente despacho normativo concretiza os princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Despacho n.º 14460/2008

Define orientações quanto aos requisitos de habilitação dos profissionais a afetar às atividades de enriquecimento curricular e quanto ao modelo de organização e funcionamento das atividades de enriquecimento curricular.

IV- Pessoal Docente

Portaria n.º 1333/2010

Estabelece as regras aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes que exercem funções de gestão e administração em estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, bem como em centros de formação de associações de escolas.

Despacho n.º 18020/2010

Atribui as classificações e menções qualitativas aos docentes em regime de mobilidade em serviços e organismos da Administração Pública, avaliados nos termos do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública, quando o ciclo de avaliação decorra na sua totalidade naquele regime.

Despacho n.º 17645/2010

Determina os procedimentos a adotar na apreciação intercalar dos docentes em exercício de funções de administração e gestão nos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e em exercício de funções de direção dos centros de formação das associações de escolas.

Despacho n.º 16034/2010

Estabelece a nível nacional os padrões de desempenho docente.

Despacho normativo n.º 24/2010

Estabelece os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular prevista no n.º 9 do Artigo 40.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos ensinos básico e secundário.

Portaria n.º 926/2010

Estabelece os procedimentos a adotar nos casos em que, por força do exercício de cargos ou funções, não possa haver lugar a observação de aulas, necessária à progressão aos 3.º e 5.º escalões e à obtenção das menções de Muito Bom e Excelente.

Despacho n.º 14420/2010

Aprova as fichas de avaliação global do desempenho do pessoal docente.

Decreto Regulamentar n.º 2/2010

Regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e revoga os Decretos Regulamentares n.ºs 2/2008, de 10 de janeiro, 11/2008, de 23 de maio, 1-A/2009, de 5 de janeiro, e 14/2009, de 21 de agosto.

Despacho n.º 7886/2010

Avaliação de docentes em regime de mobilidade.

Despacho n.º 4913-B/2010

Determina os procedimentos a adotar no âmbito da apreciação intercalar.

Despacho n.º 19575/2006

Estabelece as orientações curriculares para o 1.º ciclo.

Decreto-Lei n.º 51/2009

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de janeiro, que reviu o regime jurídico do concurso para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como da

educação especial, e que revogou o Decreto-Lei n.º 35/2003, de 27 de fevereiro.

Decreto-Lei n.º 20/2006

Regula o concurso para seleção e recrutamento do pessoal docente.

Decreto-Lei n.º 35/2007

Estabelece o regime jurídico de vinculação do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Decreto-Lei n.º 75/2010

Procede à décima alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril.

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Portaria n.º 345/2008

Estabelece as condições em que podem ser concedidas dispensas para formação ao pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Portaria n.º 343/2008

Fixa as funções ou cargos a identificar como de natureza técnico-pedagógica.

V- Pessoal Não Docente**Portaria n.º 759/2009**

Procede à adaptação do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública ao pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Decreto Regulamentar n.º 8/2009

Revoga o Decreto Regulamentar n.º 4/2006, de 7 de março, que adaptou o sistema de avaliação do desempenho da Administração Pública à situação específica do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Decreto Regulamentar n.º 4/2006

Adapta o sistema de avaliação do desempenho da Administração Pública à situação específica do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro

Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública.

Portaria n.º 1633/2007, de 31 de dezembro

Aprova os modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho.

Despacho Normativo n.º 4-A/2010

Estabelece os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular prevista no Artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, bem como os procedimentos a que a mesma deve obedecer.

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

VI- Alunos

Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho

Estabelece os procedimentos exigíveis para a concretização da matrícula e respetiva renovação, e normas a observar, designadamente, na distribuição das crianças e alunos, constituição de turmas e período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino.

Despacho nº 178-A/ME/93

Clarifica o conceito de apoio pedagógico, enuncia as modalidades de apoio aos alunos e precisa os poderes e responsabilidades da Escola.

Despacho n.º 25995/2005

Princípios orientadores do modelo para a promoção da saúde em meio escolar.

Despacho Normativo n.º 1/05, de 5 de janeiro

Aplica-se aos alunos dos três ciclos do ensino básico regular e estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação das

aprendizagens e competências, assim como os seus efeitos.

Despacho n.º 2506/2007

Adoção de medidas que visam a promoção da saúde da população escolar e nomeação em cada agrupamento/escola do coordenador de educação para a saúde.

Decreto-Lei n.º 3/2008

Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios da vida.

Declaração de Retificação n.º 10/2008

Retifica o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, do Ministério da Educação, que define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 4, de 7 de janeiro.

Lei n.º 21/2008

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, que define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

Despacho n.º 3064/2008

Determina a possibilidade de continuidade do percurso escolar dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente nas instituições de ensino especial frequentadas.

Lei n.º 60/2009

Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.

Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto

Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em

idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

Despacho n.º 9620/2009

Programa de desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar.

Portaria n.º 1242/2009

Aprova o Regulamento do Regime de Fruta Escolar-RFE.

Portaria n.º 1316/2009

Regulamenta prova da situação escolar e altera a Portaria n.º 984/2007, de 27 de agosto, que fixa os procedimentos relativos à prova anual da situação escolar estabelecida no Artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto.

Portaria n.º 196-A/2010

Regulamenta a Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.

Lei n.º 3/2008

Primeira alteração à Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, que aprova o Estatuto do Aluno dos ensinos básico e secundário.

Lei n.º 39/2010

Segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos ensinos básico e secundário, aprovado pela Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 3/2008, de 18 de janeiro.

Despacho n.º 30265/2008

Visa clarificar os termos de aplicação do disposto no Estatuto do Aluno.

Declaração de Retificação n.º 12/2008

Retifica a Lei n.º 3/2008, de 18 de janeiro (primeira alteração à Lei n.º 30/2002 de 20 de dezembro, que aprova o Estatuto do Aluno dos ensinos básico e secundário), publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 13, de 18 de janeiro.

Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro

Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos

ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais/encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro.

Despacho normativo n.º 9/2010

Alteração ao n.º 49 do Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Despachos Normativos n.ºs 18/2006, de 14 de março, 5/2007, de 10 de janeiro, e 6/2010, de 19 de fevereiro.

Declaração de retificação n.º 406/2010

Retifica o despacho normativo n.º 6/2010, de 19 de fevereiro.

Despacho normativo n.º 6/2010

Altera o Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Despachos Normativos n.ºs 18/2006, de 14 de março, e 5/2007, de 10 de janeiro.

Despacho Normativo 24-A/2012, de 6 de dezembro

Revoga o Despacho Normativo n.º 1/2005 e o Despacho Normativo n.º 50/2005, sobre a avaliação dos alunos do ensino básico.

Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto

Avaliação dos alunos do ensino secundário.

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos do ensino básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário.

Portaria n.º 1322/2007

Altera a Portaria n.º 550-D/2004 que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação.

2014/2017

Decreto-Lei n.º 272/2007

Aprova a segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, estabelecendo novas matrizes para os currículos dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário.

Despacho n.º 2351/2007

Determina a aplicação anual das provas de aferição ao universo dos alunos dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

Despacho Normativo n.º 6/2012 de 10 de abril

Regulamento das Provas e dos Exames Nacionais do Ensino Básico e Secundário.

Despacho nº 2162-A/2013, de 5 de fevereiro

Calendário das Provas Finais de Ciclo do Ensino Básico e dos Exames Nacionais do Ensino Secundário.

Lei n.º 23/2006, de 23 de junho

Estabelece o regime jurídico do Associativismo Jovem.